

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 13 DE JUNHO DE 2012

NÚMERO 6.425

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Plínio de Castro
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Plínio de Castro - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Plínio de Castro
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Plínio de Castro
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 009ª Sessão Solene realizada em 06/06/2012 2 Ata da 062ª Sessão Ordinária realizada em 12/06/2012 7</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL 8</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 9 Aviso de Licitação 18 Portarias 18 Projetos de Lei 22 Projetos de Lei Complementar 24 Redações Finais 28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 009ª SESSÃO SOLENE

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

EM HOMENAGEM A PORTO UNIÃO NA PASSAGEM DOS SEUS 95 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre a história do município desde sua colonização.

ARI PASSOS - Aborda a origem do município de Porto União.

PEDRO BOM - Agradece, em nome dos homenageados, as homenagens recebidas.

RENATO STASIAK - Parabeniza os homenageados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Renato Stasiak, prefeito do município de Porto União;

Excelentíssimo senhor Anízio de Souza, vice-prefeito de Porto União;

Excelentíssimo senhor vereador Sandro Luciano Calikoski, representando

neste ato a Câmara de Vereadores deste município;

Excelentíssimo senhor Ricardo Souza de Oliveira, gerente de Administração, Finanças e Contabilidade, neste ato representando o secretário de Estado e Desenvolvimento Regional de Canoinhas, senhor Argos José Burguedt;

Excelentíssimo senhor professor Marcelo Boldori, neste ato representando o pró-reitor da Universidade do Contestado Campus Canoinhas/Porto União, professor Argos Gumboviski;

Excelentíssimo senhor coronel Edilson Silva de Oliveira, comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado deste município;

Excelentíssimo senhor capitão Sass, comandante da 3ª Companhia de Bombeiro Militar de Porto União.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais

parlamentares, em homenagem a Porto União, na passagem dos seus 95 anos de emancipação político-administrativa.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional por Bolinha Show.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Pausa)

Também registro a presença das seguintes autoridades:

Senhor tenente Dias, neste ato representando o capitão Tony Palo Witi, comandante da 1ª Companhia da Polícia Militar do município de Porto União;

Senhor Marcos Antônio Vieira, neste ato representando o Partido dos Trabalhadores deste município;

Senhor Ricardo Dragoni, secretário de Finanças de Porto União;

Senhor Bento Trindade, secretário de Educação deste município;

Senhor Júlio Chaicoski, secretário de Desenvolvimento Social de Porto União;

Senhor Cláudio Tilgner de Souza, secretário de Planejamento de Porto União;

Senhor Alcemir Teixeira, secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Porto União;

Senhor Rui Breyer de Carvalho, secretário de Obras, Transporte e Serviços Públicos deste município;

Senhor Luiz Alberto Pasqualin, vereador deste município, neste ato representando o senhor deputado estadual Silvio Dreveck;

Senhor Almir Olímpio Borini, vereador de Porto União; senhor Paulo Kovalski, vereador de Porto União;

Senhor dr. Vinícius Burato lunes, delegado de polícia, neste ato representando a Polícia Militar de Porto União;

Senhor Ivo Dolinski, coordenador Regional da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente, Fatma;

Senhor João Sérgio Rucinski, presidente da Loja Maçonica União III Luz e Trabalho, número 664 de Porto União;

Senhor Ailton Maltauro Filho, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito de União da Vitória do estado do Paraná, Carlos Alberto Jung;

Senhor Elias Vieira Martins, presidente do PSC do município de Porto União;

Senhor Leocir Aluísio Weber, presidente do PMDB de Porto União;

Senhor Salvador Padília Vaz, presidente da Associação de Moradores do bairro Santa Rosa de Porto União;

Senhora Tecla Levandoski, presidente da Associação de Moradores Jardim Bela Vista;

Senhora Lourdes da Silva, presidente da Associação de Moradores do bairro São Bernardo do Campo;

Senhora vice-presidente da Associação de Moradores do Conjunto São João Maria;

Dom Valter, bispo emérito do município de União da Vitória do estado do Paraná.

Neste momento teremos a apresentação do vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Senhor prefeito municipal de Porto União, Renato Stasiak, em nome de quem cumprimento a todos os demais prefeitos e representantes de Poderes Executivos aqui presentes.

Senhor vereador Joaquim Boeno de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Porto União, neste ato sendo representado pelo vereador Sandro Calikoski, em nome de quem cumprimento a todos os demais vereadores aqui presentes.

Demais autoridades, senhoras e senhores, é com grande satisfação que hoje realizamos, aqui no Clube Aliança, esta sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para dar início aos festejos comemorativos dos 95 anos de

emancipação política do município de Porto União.

Nosso Parlamento estadual deslocou sua estrutura de cerimonialistas, técnicos, pessoal de imprensa, e sua representação parlamentar para prestar justa homenagem a essa comunidade, que faz história no planalto norte e tem importantes passagens registradas nas quadras da história de Santa Catarina.

Quando falamos de Porto União, implicitamente reverenciamos uma comunidade maior que a do próprio município, pois aqui estão irmanadas as chamadas cidades gêmeas do Iguaçu, Porto União e União da Vitória, que formavam Porto União da Vitória, até o final da Guerra do Contestado, até o acordo dos limites entre Santa Catarina e Paraná.

Temos aqui uma comunidade pujante, progressista e aguerrida, que ao longo de sua história ultrapassou muitas dificuldades, a mais recente nas cheias de 1983, da qual se reergueu com grande galhardia, para hoje festejar suas conquistas, a força de sua economia e de sua gente.

Senhoras e Senhores, Porto União teve sua ocupação desenvolvida a partir do século IXX, emancipou-se em 1917 e, desde então, trilhou a história da construção de um importante município catarinense, que experimentou forte crescimento nas décadas recentes, das quais as últimas duas contaram com administrações municipais consecutivas do meu partido, o PMDB, sendo os últimos oito anos sob a coordenação do prefeito Stasiak e seu vice Anísio de Souza.

Esta simpática cidade, com a qual muito me identifico, mostra seu calor humano nesta noite fria, com a presença de todos vocês, a gema da comunidade, a representação de suas mais importantes e significativas entidades, clubes de serviço, associações comunitárias, órgãos de comunicação e instituições religiosas. Estão aqui representantes de etnias que colonizaram Porto União, bem como descendentes dos habitantes originais, os indígenas. A todos prestamos o reconhecimento por suas participações na vida desta comunidade.

Quero dizer que a cidade que se formou a partir do vau, a travessia mais fácil do Iguaçu, em função de sua menor profundidade, pois era o caminho de tropeiros, e mais adiante também fez história com episódios da Guerra do Contestado, cujo centenário do início do grande conflito ora comemoramos, é uma cidade que tem para este deputado uma marca indelével.

Porto União é cortada pela Ferrovia do Contestado, marco da colonização do planalto, que se estendeu adiante pelo vale do Peixe em direção ao Rio Grande, que foi elo da colonização para o oeste catarinense, e fundamental para a demarcação dos limites de Santa Catarina.

A ferrovia está aí quase abandonada, mas em Porto União resiste o sentimento ferroviário dos Amigos do Trem, ao qual se irmana este parlamentar que na Assembleia Legislativa nunca deixa de exaltar a importância de um modal que o Brasil em grande parte esqueceu.

A Ferrovia do Contestado tem tudo a ver com a vida da comunidade e muitos aqui fizeram sua história, como o meu pai Mário Aguiar, ferroviário que se estabeleceu junto à estação de Marcílio Dias, onde nasci, em Canoinhas.

A ferrovia, junto com o Iguaçu, traça limites tênues entre Porto União e União da Vitória, divide e irmana essas comunidades, mostrando, de certa forma, como Santa Catarina e Paraná estão unidos por um sentimento maior de brasilidade, dessa grande nação que todos formamos.

Aqui ainda há um grande esforço para manter a memória do trem, inclusive com passeios turísticos das velhas Marias-Fumaça, um trabalho que contou com a dedicação da administração do município, em área de atuação do secretário municipal da Indústria, Comércio e Turismo Aloísio Salvatti.

Entendo que a ferrovia deve continuar sendo bandeira do município, por ter tudo a ver com sua história, mas também porque sua recuperação poderá ser fundamental para o desenvolvimento econômico, para o transporte de safras agrícolas, da produção industrial, como de portas, janelas e esquadrias da indústria madeireira e outros segmentos.

Ela é uma de minhas bandeiras, assim como tenho me empenhado na Assembleia pela recuperação da SC-280, que recentemente o estado devolveu à união, com a expectativa de, a partir da federalização do trecho entre Porto União e Canoinhas, conseguirmos viabilizar a melhoria da estrada que é importante elo de ligação regional.

A oportunidade de me reportar a todos vocês que prestigiam esta sessão, também me oferece a possibilidade de reforçar meus compromissos com Porto União, que tenho sempre reafirmado apoiando ações da administração municipal para formar convênios com o estado em áreas como as da infraestrutura e saúde, com o apoio ao Hospital São Brás, a entidades e com minha presença constante em festas comunitárias, como a Festa do Steinhæger e do Xixo, ou a Festa de São Pedro e São Paulo, evento que já comemora mais de 70 edições.

Para finalizar, agradecendo a presença de todos que prestigiam esta sessão, gostaria de também prestar homenagem aos representantes dos municípios de Irineópolis e Matos Costa aqui presentes, na pessoa dos prefeitos Wanderlei Lezan e Darcy Bendlin, pois eram parte de Porto União até as emancipações dos distritos de Valões e São João dos Pobres, e têm ligação permanente com essa comunidade.

Faço assim o reconhecimento a toda gente da região, que fez e faz a história de Porto União, desejando vida longa e muita prosperidade a esse valoroso município e a sua comunidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido para fazer uso da palavra o supervisor da Fundação de Cultura de Porto União, professor Ari Passos.

O PROFESSOR ARI PASSOS - Boanoite, autoridades locais e autoridades que nos visitam, homenageados, senhoras e senhoras!

Vimos o excelente vídeo que mostra a atual ou, pelo menos, parte da atual realidade do município. Mas para chegar a essa realidade, há um contexto histórico que vou rapidamente analisar com vocês, sintetizando esses 95 anos.

A origem do município, Porto União, como instituição administrativa, surge em 5 de setembro de 1917 como acordo de limites. O início da colonização, juntamente com a região de União da Vitória, no século XVIII, a partir de 1769 com a expedição do sertanista Antônio Peixoto, explorando o Iguacu, sendo detido com as corredeiras de Porto União (hoje), onde criou o entreposto Nossa Senhora da Vitória, para depois prosseguir sua viagem até Foz do Iguacu.

Porém, 73 anos depois, em 1842, com a procura de um caminho mais curto pelas tropas que rumavam em direção ao norte, foi descoberto o vau do Iguacu, uma passagem perto da ponte, no começo de Nova Vitória. O vau é uma passagem que nas épocas de pouca água no rio, permitia passagem das tropas que procuravam pelo caminho mais curto para ir ao norte, rumo a Palmeira levar o gado para ser consumido e vendido em São Paulo e ao sul de Minas Gerais. Esse vau deu origem a um pequeno povoado junto ao porto do rio chamado de Porto União, onde se encontravam as comitivas que vinham de Palmas e Palmeira. Originou-se, assim, Porto União da Vitória, designação que persistiu até 1890 quando foi criada a Intendência de União da Vitória, ressaltando-se que a população fixou-se na região que mais tarde passaria ao lado catarinense.

Por isso, União da Vitória comemorou 122 anos e Porto União 95, agora.

Dez anos depois chega, vindo de Palmas, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, fixando-se na vila e mandando construir canoas e lanchas. Amazonas viu no Iguacu um excelente meio de transporte, a hidrovia, e teve início o ciclo da navegação que daria muita importância ao Porto União da Vitória, que seria assim chamado.

A utilização da energia a vapor chegava por aqui ao interior do sul do Brasil, transportando, pelo rio, pessoas e produtos.

O vapor Cruzeiro I trouxe os primeiros colonos estrangeiros, na maioria alemães.

A mesma energia, vapor, poucos anos depois, impulsionaria o trem trazendo o capitalismo internacional para nossa região.

Por esse tempo, passava por aqui o então falado profeta João Maria, São João Maria no dizer do sertanejo, primeiro dos três monges que marcariam a história da nossa região. Ele era pacífico, bom conselheiro, pedia que o povo acreditasse em Deus e trabalhasse para desviar as tentações.

Ele desaparece sem deixar vestígio, aumentando a crença em sua santidade e permanecendo vivo na memória do povo.

Vem, dessa época também, a denominação, agora na pequena União da

Vitória (Porto União,) a designação das primeiras ruas: Coronel Amazonas, Prudente de Moraes, 7 de Setembro, XV de Novembro.

Transformações rápidas ocorreriam com a chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande, mais uma vez com impulso da energia a vapor, com a construção da ponte definitiva, até hoje Machado da Costa, em 1907. O trem facilitou o transporte da erva-mate, ciclo que sucedeu à navegação e trouxe as empresas estrangeiras com a extração de madeiras nobres, pinheiro e imbuia, cuja influência na economia da região permaneceria pelo menos 50 anos.

Ao contrário do que a história oficial registra, a invasão da floresta pelas madeiras internacionais foi o verdadeiro motivo da Guerra do Contestado, o mais longo, sangrento e desigual conflito da história do Brasil, que ocorreu paralelamente à questão de limites, mas sem nada ter a ver com ela. Esta foi uma discussão de gabinetes que acabou com um belíssimo jantar no Palácio do Catete.

A verdadeira história desta região de Paraná e Santa Catarina que o Brasil esqueceu. Esqueceu de propósito do sacrifício vergonhoso de milhares de nacionalistas que foram mortos como bandidos, mas que a história fez ressurgir como heróis. Esse pensamento é do professor Joaquim Ribas que se encontra aqui, hoje.

A exploração de madeira se manteve como atividade econômica principal, porém, puramente extrativista até serem quase exauridas nossas florestas, na década de 60.

Entretanto, de 1910 aos anos 50 a cidade (refiro-me à cidade) destacou-se regionalmente pelo crescimento populacional e desenvolvimento urbano em todos os sentidos: foi destaque regional pelo parque ferroviário, entroncamento aéreo-rodoviário, colégios, hotéis, restaurantes, agricultura e pecuária, principalmente pelo trabalho das diferentes etnias que começaram a chegar depois de 1917, ao todo sete, portugueses, alemães, italianos, ucranianos, poloneses, libaneses e suíços. Isso resultou nas nossas características na gastronomia, na arquitetura, na nossa maneira de pensar e vontade de trabalhar, com toda essa herança cultural.

A partir de 1980 teve início, porém, um importante crescente processo de industrialização da madeira - deixa de vender matéria prima para produzir, principalmente, esquadrias, as famosas esquadrias de madeira, fornecendo 20% das portas usadas no Brasil. Uma recente pesquisa do Senai aponta como 1% das portas fabricadas no mundo. É coisa grande minha gente!

Recentemente Porto União tirou segundo lugar no Brasil em saúde dental. Primeiro lugar em Santa Catarina. Como já fomos primeiro lugar em educação no Brasil.

Com essa virada, veio também uma nova fase no comércio e prestação de serviços, universidades, lojas fortes, indústrias, etc. Ao completar 95 anos de emancipação política e 122 em vida como sociedade, voltamos a assumir posição de destaque no estado, na região e em todo o país.

Senhores, Renato Stasiak e Anízio de Souza, povo de Porto União, de agora em diante é conosco!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido a mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao município de Porto União pela passagem dos seus 95 anos de emancipação político-administrativa e ao seu povo valeroso e trabalhador, que não apenas construiu uma bela e próspera cidade, mas fez dela motivo de orgulho para Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao excelentíssimo sr. Renato Stasiak, prefeito municipal de Porto União, neste ato representando o Poder Executivo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. vereador Joaquim Boeno de Oliveira Filho, presidente da Câmara de Vereadores deste município, neste ato representado pelo vereador Sandro Calicoski.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, o Poder Legislativo presta homenagem às entidades e personalidades que muito contribuíram para o crescimento de Porto União nestes 95 anos de história.

Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Antônio Aguiar.

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Alberto Stebel, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eufrásio Xavier de Barros, representando a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e de Fala - Apadaf.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. sub-tenente Albertino Mafra, representando a Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maristela Salvatti, representando o Abrigo da Criança e do Adolescente - SAN.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Roberto Bonna, representando a Amadeu Bonna - Associação dos Artistas Plásticos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Raulino Bortolini, presidente da Academia de Letras do Vale do Iguçu - Alvi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido também o sr. Renato Stasiak, prefeito de Porto União, para proceder à entrega das homenagens, juntamente com o deputado Antônio Aguiar.

Convido para receber a homenagem a sra. Terezinha Leoni Wolf, representando a Academia de Cultura Precursora da Expressão - Acupre.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Sibila Elaine Kreuzberg Silva, representando o Colégio Cosmos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o capitão Sass, representando a 3ª Companhia do 9º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o tenente Jorge Padilha Dias, representando a 1ª Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Shirley Maria Faerber, representando o Conselho de Segurança Mirim de São Miguel da Serra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ditmar Wolfran Rulf, representando a destilataria Doble W Ltda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. delegado Vinícius Burato Yunes, representando a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Porto União, a Delegacia Regional de Polícia de Porto União e a Delegacia da Comarca de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Fernando Olinkievís, representando o grupo Dissenha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eloir Márcio Andrukiu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Elio Miguel Weber, representando o Lions Clube de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Faerber.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Relindo Krug.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Sérgio Roberto Millis, representando a sociedade Lar Espírita União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valter Alves da Silva, representando a União Comunitária das Associações dos Moradores de Porto União - Unicom.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Terezinha Leoni Wolf.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Gerson Coas, representando o Grupo Colméia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Herbert Bauer.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Caique Agostini, representando o Grupo Verde Vale de Comunicação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Katiúscia Silvestri, representando a Rádio Educadora.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcos Antônio Vieira, representando a Rádio Comunitária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marco Aurélio Net, representante da Rádio Cidade Net.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Noeli Krug, representando o jornal *O Jornal*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ivo Dolinski, representando o jornal *A Cidade*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcelo Storke, representando o jornal *A Segunda*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Juliano Crespi, representando o jornal *O Iguassu*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Ernani da Silva, representando o jornal *O Bocudo*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Hilda Roveda, representando a TV Milenium.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Ângelo da Costa Masnic, representando o *site All Night*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Mário Raimundo Horth, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o pastor Nilson Carlos Souza, representando a 2ª Igreja do Evangelho Quadrangular.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o pastor João de Lima, representando a 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o pastor Luiz Amarildo Gradaschi, representando a Igreja Assembleia de Deus.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o pastor Gilberto Lima, representando da Igreja Evangélica do Avivamento Bíblico.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Rosecler Roberg Serafini, representando a Comunidade Evangélica Luterana de Confissão Pentecostes de Porto União e União da Vitória.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a cacique de Rio dos Pardos, sra. Maria Lindacir Carvalho, representando a comunidade indígena Xokleng.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Aloisio Salvatti, representando a Associação Empresarial de Porto União - Acipu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido também para receber a homenagem o sr. Aloisio Salvatti, agora representando o Posto Mimi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Marly Puzina, esposa do ex-deputado federal Alexandre Passos Puzina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Roberto Pedro Bohmn, representando a fundação Hermon.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Geórgia Schwegler, representando a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Camilo Crippa, representando o Centro Assistencial Allan Kardec.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Celso Moreira de Castilho, representando o Grupo Escoteiro Iguazu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Sérgio Rucinski, representando a Loja Maçônica União 3ª - Luz e Trabalho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao prefeito Renato Stasiak e convido o sr. Anízio de Souza, vice-prefeito de Porto União, para proceder à entrega das homenagens, juntamente com o deputado Antônio Aguiar.

Convido para receber a homenagem a irmã Devanir, representando o Colégio Santos Anjos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante da Paróquia São Pedro e São Paulo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcelo Boldori, representando neste ato o pró-reitor da Universidade do Contestado, núcleo de Porto União.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Edilson de Oliveira, representando o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o vice-prefeito de Porto União e o deputado Antônio Aguiar para tomarem assento à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Pedro Bom, diretor presidente da Fundação Hermon.

O SR. PEDRO BOM - Sr. deputado Antônio Aguiar e demais autoridades já nominadas, neste momento, queremos agradecer a homenagem do Poder Legislativo e enaltecer os laços entre todos os segmentos, visando uma sociedade mais justa e soberana.

Para alcançar o reconhecimento de v.exas. e merecer tão valioso momento, coubermos a tarefa de desenvolver atividades bastante árduas para que fortalecêssemos o crescimento deste município com uma conquista diária, já que não existem fronteiras ou limites para alcançarmos os nossos objetivos enquanto tivermos vontade de crescer.

Existem, sim, barreiras e desafios a serem enfrentados e vencidos, mas estamos caminhando a passos largos para conseguirmos o desenvolvimento ideal para a nossa cidade. Trago uma energia muito forte e positiva para comemorar com todas as entidades que aqui estão instaladas e que fazem parte desta terra, com muita alegria, os 95 anos da emancipação político-administrativa de Porto União.

Digo com a mais firme convicção que o nosso município vem se destacando em um ambicioso programa de desenvolvimento abrangendo obras de infraestrutura, ações sociais, saúde, educação, cultura, segurança, justiça, entre outras, que mudam cada vez mais a imagem da cidade. Inovando com os exemplos de transparência, administração pública e valorização do ser humano. Todas essas ações são fruto de muito esforço e trabalho dos administradores.

Assim sendo, encontramos aqui, em nossa terra, uma entidade de referência nacional, na busca pelo objetivo central, que é o desenvolvimento e o bem-estar do povo desta comunidade, como, por exemplo, no que diz respeito ao atendimento do Centro de Atenção Psicossocial - Caps. O prefeito está de parabéns, porque consegue aliar o desenvolvimento econômico expresso na geração de empregos com o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente.

Porto União é a pioneira em criar uma completa rede de ação social em favor da população de baixa renda. Aos 95 anos de emancipação política a Capital do Steinhager se prepara para mais uma festa que certamente será marcada pela intensa alegria, característica de uma gente nascida e criada no trabalho duro, mas cheio de vibração em suas festas e comemorações.

As dificuldades existem, mas quem disse que problemas atrapalham o progresso de Porto União? Claro que não! O nosso otimismo é feito de fibra e do trabalho do povo. Crescemos na luta e estamos superando as dificuldades sempre de olho no futuro. E nesse olhar para frente, vemos Porto União mais forte. Para isso batalhamos sem descanso com as nossas dedicadas equipes, quer seja do setor público, social ou privado.

Ao sermos homenageados, temos certeza de que todas as instituições que representamos neste momento participam desse testemunho e reconhecem a confiança a elas depositada, com o compromisso de continuarem merecendo todo esse apreço da sociedade de Porto União.

Quero enfatizar que recebemos esta homenagem com muita humildade, absolutamente conscientes de que a conquista dessa honraria não é apenas fruto de esforços individuais, mas a conjugação de esforços de todos aqueles que têm acompanhado o caminhar dessa gama de atividades profissionais ao longo do tempo.

Ao encerrar, quero renovar os agradecimentos a todos os presentes por essa homenagem tão carinhosa e gratificante que estamos recebendo por iniciativa da administração municipal.

Que seja muito feliz o povo de Porto União, o seu prefeito, a sua administração, que todos possam festejar com muita emoção mais um aniversário de uma cidade que nos orgulha. E que possamos presenciar, por longo tempo, tantos e tantos aniversários de tão bem sucedida empresa dos homens e das mulheres do norte catarinense.

Parabéns, Porto União! Parabéns a nós todos, que construímos tanto e vamos construir ainda mais. Nossa meta é vestir a terra onde Ivonichi Furlan depositou seu coração com o manto da vitória nas artes, na economia, na educação e na qualidade de vida.

Que as sementes da paz e do bem sejam lançadas nos terrenos de nossos corações e os muros do atraso e da discórdia sejam destruídos pela solidariedade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Neste momento fará uso da palavra o sr. Renato Stasiak, prefeito municipal de Porto União.

O SR. RENATO STASIAK - Prezado sr. presidente da mesa, deputado estadual Antônio Aguiar, ao qual saúdo pela proposição desta sessão, bem como ao presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio. Agradeço a aprovação de todos os deputados estaduais de Santa Catarina para que esta sessão de homenagem ao nosso município fosse aqui realizada.

Cumprimento também o representante do presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Sandro Luciano Calikoski; o vice-prefeito Anízio de Souza; o Ricardo que representa a secretaria Regional; o coronel Edilson Silva, do nosso 5º Batalhão de Engenharia e Combate Blindado; o comandante Sass, da 3ª Companhia de Bombeiros de Porto União; o Marcelo Boldori, pró-Reitor da Universidade do Contestado.

Assim, gostaria de cumprimentar todos em nome do sr. Relindo de Santa Cruz do Timbó, pessoa com mais de 90 anos que ainda dirige seu trator e trabalha na sua propriedade. Então, em nome dele, em nome da Cacique Maria e em nome de um dos primeiros vereadores de Porto União, Herbet Bauer, gostaria de cumprimentar todos os homenageados, a comunidade, os amigos e familiares presentes neste evento.

É histórica esta sessão, deputado Antônio Aguiar, grande parceiro do município de Porto União, pois pela primeira vez na nossa história, em 95 anos, temos uma sessão solene da Assembleia Legislativa acontecendo em nossa cidade em homenagem ao aniversário desse tão importante município.

Nós lutamos para sermos catarinenses, nós trazemos, como bem aqui falou o Ari Passos, o sangue de várias etnias, nós trazemos o espírito de luta de todos aqueles que aqui vieram para fazer dessa terra uma terra abençoada, mas trazemos também o sangue, a perseverança, o espírito com grandes objetivos de defesa dessa terra do nosso caboclo do contestado. Esse caboclo que foi espoliado, que foi expulso de suas terras e que, através da sua luta, através das lideranças religiosas e lideranças do campo, souberam muito bem perseverar e fazer dessa terra uma terra pronta e disponível para todos nós que aqui estamos.

A cacique Maria, que aqui representa a tribo Xokleng, do nosso Quati, lá no interior de Porto União, na divisa com Calmon, tenho certeza de que ela e seus familiares são uns dos primeiros moradores desta terra, pessoas que lutaram para defender esse chão.

A nossa história, é indissociável do Movimento Tropeirista, do Movimento de Navegação do Rio Iguaçú, da indústria extrativista da madeira, da erva-mate, ela tem na mescla de seu povo, de várias etnias sua marca principal, de solidariedade, de harmonia, de luta. Nós já passamos por tantos fatos, mas todos eles de braços dados, de mãos dadas, e conseguimos e soubemos superá-los com fé. Com muita religião, com muita amizade, sabemos muito bem contornar todas essas situações.

Santa Catarina tem Porto União, e deve ter sempre, o município como a porta de entrada do estado, não a porta de saída. E por isso, nós, como catarinenses, demoramos muito tempo para sermos abraçados, aliás, como paranaenses que éramos e hoje somos catarinenses, pelo estado de Santa Catarina.

Hoje a realidade é diferente, temos dificuldades, temos muita coisa ainda para ser superada, mas sei que tendo a força do governo do estado, tendo a força dos nossos

deputados, tendo a força do governo federal, haveremos de fazer com que a nossa região, que já foi antigamente conhecida como a região da pobreza, da fome, se transforme no grande eldorado do sul do Paraná e do norte catarinense.

A proposição que o deputado Antônio Aguiar está fazendo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para que incentivos fiscais diferenciados sejam adotados para empreendimentos no interior do estado, fazendo com que o desenvolvimento que hoje existe no litoral de Santa Catarina seja deslocado para o interior, vai fazer com que tenhamos uma geração maior de empregos, que é a grande dificuldade ainda de todos nós. Não só geração de emprego, mas também desenvolvimento econômico, o que nos trará, então, retorno maior de impostos para a geração de ações e de obras para o nosso município.

As entidades homenageadas estão aqui hoje representando 33 mil habitantes de vários segmentos como filosóficos, religiosos, econômicos, produtivos, de serviços. Enfim, vocês demonstram efetivamente a força do nosso povo.

Parabéns a vocês, a cada um dos homenageados e homenageadas. Vocês fizeram jus através de suas entidades, de seus trabalhos, como por exemplo, de Ivo Andrukiul, representado pelo Eloir, que hoje não pode estar aqui, na sua luta simples e humilde pela melhoria do seu bairro, São Pedro, que hoje é um grande bairro que tem 30% da população do nosso município de Porto União.

Assim, com cada um fazendo o seu trabalho para termos dias melhores é que nosso município está crescendo e se desenvolvendo. Porto União, 95 anos, é o marco inicial de todas as comemorações que estão aí. Os 100 anos do Contestado, logo estaremos inaugurando a nossa Praça do Contestado, com monge João Maria em tamanho natural, de bronze, que expressa a fé do nosso povo; teremos a remodelação da

Praça Hercílio Luz; hoje temos vários monumentos que ressaltam bem esse episódio na nossa história. Temos muitas parcerias com a Academia de Letras do vale do Iguaçú, fazendo monumentos como o episódio de Ricardo Kirk, primeiro acidente aéreo militar acontecido em nosso município; a história de Sinhá Inhabita no bairro São Pedro, do Movimento Tropeirista; Prudente de Brito, primeiro homem navegador que chegou as nossas cidades, hoje com um monumento em frente a nossa igreja matriz de Porto União.

Se pensamos em futuro, temos que ter um presente de luta, de trabalho, mas não esquecendo do nosso passado.

Parabéns a todos vocês, parabéns ao deputado Antônio Aguiar, parabéns à Assembleia legislativa por estar reconhecendo e fazendo essa homenagem justa a esse município que lutou para ser catarinense e que está hoje de braços dados, irmanado com o povo do nosso estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Neste momento teremos a execução do Hino de Porto União, por Bolinha Show.

(Procede-se à execução do Hino de Porto União.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa em nome do presidente Gelson Merisio, e agradece especialmente o presidente do Clube Aliança, Alberto Pasqualini, por ceder as instalações do clube, e a todos que nos honraram com seu comparecimento e convoca outra sessão, ordinária, para dia 12, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Sr. presidente e srs. deputados, de acordo com as lideranças, suspenderemos a presente sessão até as 11h, no horário da Ordem do Dia, para que a comissão de Constituição e Justiça tenha condições de deliberar os projetos que por lá tramitam.

Está, portanto, suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0007/2012; 0027/2012; 0029/2012; 0031/2012; 0036/2012; 0039/2012; 0041/2012; 0053/2012;

0057/2012; 0061/2012; 0064/2012; 0079/2012 e 0098/2012.

Informamos também que a comissão de Constituição e Justiça está concluindo seus trabalhos e que os projetos aprovados serão encaminhados para a Ordem do Dia da sessão das 14h de hoje.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária para hoje às 14h, com a seguinte ordem do dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A P R E S I D Ê N C I A D L

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 0024-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 8 de fevereiro de 2012. Substitui o Deputado Dado Chereim, na Comissão de Proteção Civil, pelo Deputado Marcos Vieira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Plínio de Castro
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Adilor Guglielmi
Deputado Serafim Venzon
Deputado Edison Andrino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Valmir Comin
Deputado Manoel Mota
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Neodi Saretta
Deputado Darci de Matos
Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Marcos Vieira
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Manoel Mota
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Adilor Guglielmi
Deputado José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,

DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Dado Chereim
Deputada Angela Albino
Deputado Plínio de Castro
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Romildo Titon
Deputada Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin
Deputada Angela Albino
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Manoel Mota
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Deputado Carlos Chiodini
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Mauro de Nadal
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Serafim Venzon
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Valmir Comin
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino
Deputado Altair Guidi
Deputado Plínio de Castro
Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos
Deputado Manoel Mota
Deputado Marcos Vieira
COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer
Deputada Angela Albino
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Edison Andrino de Oliveira
Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi
COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,
COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Edison Andrino de Oliveira
Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Altair Guidi
Deputado Valmir Comin
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Edison Andrino de Oliveira
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi
Deputado Altair Guidi
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Darci de Matos
Deputado Manoel Mota
Deputado Aldo Schneider
Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino
Deputado Plínio de Castro
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputado Manoel Mota
Deputado Romildo Titon
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Kennedy Nunes
Deputado Manoel Mota
Deputado Aldo Schneider
Deputado Dirceu Dresch
Deputada Angela Albino
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputado *Marcos Vieira*

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Dado Chereim
Deputado José Milton Scheffer
Deputada Luciane Carminatti
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Carlos Chiodini
Deputada Angela Albino

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 0025-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 002, de 8 de fevereiro de 2012.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado *Joares Ponticelli*
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Carlos Chiodini
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Ismael dos Santos

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PARA DEBATER AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS RELATIVAS À PONTA DO CORAL, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 19H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 22 dias do mês de novembro de 2011, às 19h, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, realizou-se audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para discutir as questões socioambientais relativas à Ponta do Coral. Presidindo a audiência pública, a **Deputada Estadual Angela Albino, Presidenta da Comissão de Legislação Participativa**, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e afirmando que pelo número de presentes tinha a convicção da importância daquele ato, sendo necessário estabelecer alguns pactos que mereceriam de todos maturidade e boa-fé. Em virtude das opiniões divergentes que estariam em debate naquela audiência, disse que era importante garantir a fala de todos de maneira respeitosa e democrática, e informou que o debate aconteceria somente ao microfone, após abertas as inscrições, pedindo silêncio para que a audiência transcorresse dentro da normalidade. Em seguida, convidou para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Gilmar Knaesel, membro da Comissão de Legislação Participativa; o senhor José Carlos Ferreira Rauhen, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, representando a administração municipal de Florianópolis; a senhora Isolde Espíndola, superintendente do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina; o senhor Pedro Jorge Rocha de Oliveira, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, representando o presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Luiz Roberto Herbst; o senhor Loureci Ribeiro, representando a Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade; o senhor Silvio de Souza Júnior, chefe da Estação Ecológica Carijós, representando o coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Florianópolis, senhor Ricardo Castelli Vieira; e o senhor Aliator Silveira, diretor executivo da Hantel Engenharia, representando o Sinduscon. Em seguida, registrou a presença do senhor Alexandre José Reis, representando o doutor Marcelo da Mota, Procurador-Chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, e comunicou que os integrantes da mesa teriam até dez minutos para se manifestar e a plenária até cinco minutos. Disse que aquela audiência contava com a participação de pessoas que debatiam o tema na cidade e fez um agradecimento especial ao senhor Lúcio Dias da Silva Filho, que havia solicitado a realização da audiência; aos profissionais da construção civil, afirmando que seu pai era pedreiro e que com o seu trabalho a havia criado; e às entidades presentes de planejamento urbano e de meio ambiente. Reportando-se ao fato de Florianópolis estar discutindo a sua mobilidade urbana, a necessidade de planejar a cidade do futuro, o que se chamava sinteticamente de Plano Diretor, afirmou que a Comissão de Legislação Participativa deseja inserir naquele debate a discussão do uso e da ocupação do solo, especificamente da região da Ponta do Coral, também conhecida como Ponta do Recife. Repetindo, disse que seriam ouvidos especialistas ligados à área que vinham tratando do tema e que o desejo era realizar uma audiência propositiva, já que teriam que ser construídos consensos na cidade, mesmo que a grande maioria deles fosse difícil. Concluiu afirmando ser necessário reconhecerem as divergências e construir as convergências possíveis. De imediato, passou a palavra ao **Deputado Estadual Gilmar Knaesel, membro da Comissão de Legislação Participativa**, que saudou os presentes e disse que o grande futuro estava focado na área do turismo sustentável, e que aquele desenvolvimento só existiria se estivesse envolvido com o meio ambiente. Afirmou que ao longo de seis mandatos na Assembleia Legislativa nunca tinha visto uma audiência tão concorrida, com um número tão grande de participantes, e que aquilo demonstrava o interesse de todos pelo tema. Lembrou que em 1975, quando veio para Florianópolis cursar a faculdade, a Ponta do Coral já era um tema discutido, e manifestou o seu desejo em conhecer o projeto existente para aquela área, acreditando que esta era uma vontade de todos. Dirigindo-se à Presidenta, concluiu dizendo que não queria mudar o

que já estava previamente determinado para a audiência, mas sugeriu que primeiramente fosse apresentada a proposta existente para a Ponta do Coral. Ato contínuo, a senhora Presidenta passou a palavra, por até dez minutos, ao **senhor José Carlos Ferreira Rauhen, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, representando a administração municipal de Florianópolis**, que agradeceu o convite para participar da audiência, cumprimentou todos os presentes e disse que representava toda a Prefeitura de Florianópolis a fim de que existisse somente uma opinião a respeito da Ponta do Coral, opinião esta que lhe foi passada pelo Prefeito Dário Berger. Afirmou que a sua função naquela audiência era a de dizer que a Prefeitura iria obedecer às leis e explicou que a consulta de viabilidade para o empreendimento havia sido dada com base numa lei de 2005 e que sobre a consulta a Prefeitura já havia sido inquirida algumas vezes pelo Ministério Público, tanto estadual quanto federal. Disse que dentro da consulta de viabilidade algumas exigências haviam sido feitas à empresa, que se fossem cumpridas não se teria como evitar a construção do empreendimento, e salientou que a Prefeitura havia firmado um termo de compromisso com a empresa para que o aterro a ser feito fosse usado como área pública, ou seja, como um parque para uso das pessoas. Para que não houvesse equívocos na aprovação do projeto, afirmou que a Prefeitura estava fazendo todas as exigências técnicas possíveis, como Estudo de Polo de Tráfego; Estudo de Impacto de Paisagem; Estudo de Impacto de Vizinhança; EIA/RIMA, para que se pudesse fazer a solicitação de cessão de uso da área aterrada, informando que depois de aprovado na GRPU, com todos os elementos debatidos e aprovados pelos técnicos, a Prefeitura poderia fornecer, se fosse o caso, a licença de construção para o empreendimento. Finalizou dizendo que ainda estavam numa fase inicial de entrega da consulta de viabilidade e que até aquele momento outros documentos não haviam chegado oficialmente à Prefeitura, e colocou-se à disposição para outros esclarecimentos. Em seguida, fez uso da palavra, por até dez minutos, a **senhora Isolde Espíndola, superintendente do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina (SPU/SC)**, que cumprimentou os presentes e disse que era muito importante discutir com a comunidade os assuntos que diziam respeito a sua cidade, salientando que quem organizava, quem dizia como queria a cidade era a comunidade que nela vivia, sendo necessário então trazer à discussão o Plano Diretor, que trabalhava a cidade na sua totalidade, melhorando o seu ordenamento e a vida daqueles que nela viviam. Esclareceu que o Patrimônio da União era o órgão federal que fazia o gerenciamento de todas as áreas ditas da União, dentre elas os chamados terrenos de marinha, que não eram da Marinha, mas chamados assim por estarem próximos ao mar, e que a Ponta do Coral era uma daquelas áreas. Fazendo um breve retrospecto da história da Ponta do Coral, disse que desde 1931 já se tinha notícias da ocupação daquela área, primeiro pela Standard Oil, depois pelo Estado, que passou à área da Fucabem e mais tarde vendeu parte da área à Nova Próspera, surgindo como área foreira, na qual a pessoa possuía uma parte da propriedade e a outra parte continuava da União, e explicou que em qualquer terreno de marinha a pessoa nunca vai ter a propriedade total. Fazendo um relato da situação mais atual, disse que em 2005 houve uma mudança de área que fez com que toda a orla da beiramar, que era área verde de lazer, passasse a ser área turística, e que naquele mesmo ano o Prefeito Dário Berger assinou uma lei autorizando o aterro naquela área, sendo que mais recentemente a empresa Nova Próspera, que atualmente tinha a inscrição daquela área no Patrimônio da União, havia solicitado a cessão de espaço aquático, a autorização para engordamento da praia e um espaço público de lazer. Fez questão de salientar, reforçando o que já havia dito, que havia uma área que era da Próspera, que tinha o seu aforamento, mas que a outra parte era área pública. Disse que ao examinar o processo verificou-se que o pedido não podia ser concedido, porque a lei que a Prefeitura se baseava para autorizar o engordamento da praia era inconstitucional, já que o único ente que poderia autorizar engordamento de praia em área de marinha era a União. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Informou que em 22 de agosto de 2011 o Patrimônio da União tinha enviado um ofício à Prefeitura dizendo a ela que a lei era ilegal, que não tinha validade. Explicou que poderia até ser feito o engordamento da praia, mas teria que ser um pedido do ente público para o Patrimônio da União. Prosseguindo, comentou que o Patrimônio da União também havia enviado ofício à Nova Próspera Mineração no

dia 22 de agosto dizendo que a iniciativa privada não poderia fazer o engordamento de praia; que aquela área que ela estava solicitando para lazer não poderia ser cedida, visto que era uma área pública e somente a Prefeitura poderia cedê-la. Cientificou que a Nova Próspera Mineração, em ofício de 10 de outubro, tinha solicitado o arquivamento do processo, tendo vista que da forma que estava não tinha como seguir adiante. Em seguida, deixou claro que na área até poderia ser construído o hotel, mas para isso todos os requisitos deveriam ser preenchidos. Explicou que a questão ambiental teria de ser observada, como pedia o Patrimônio da União, assim como a questão da segurança da navegabilidade, que era vista na Marinha. Prosseguindo, esclareceu que tendo por direito uma parte da propriedade e preenchendo os requisitos necessários a empresa até poderia fazer a obra, e não poderia reivindicar a área pública, não poderia aterrar nem a sua parte nem a parte pública, visto que o aterro não era permitido a particulares, complementando que ninguém poderia criar solo para si, que solo só poderia ser criado por um grande interesse público. Elucidou que para que saísse o aterro seria necessário que a Prefeitura pedisse a cessão da área pública para a construção do parque, que seria público. Observou que o processo acabaria sendo arquivado, explicando que para a área pública e para o hotel seria preciso fazer um novo processo. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, informou que o Deputado Estadual Elizeu Mattos havia declinado da sua fala para que mais pessoas pudessem ser ouvidas e convidou para fazer parte da mesa o senhor Murilo Silva, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera. Ato contínuo, registrou a presença de Osmar Silveira, diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis; Milton Mendes de Oliveira, ex-Deputado Federal; Edmilson Pereira, presidente do Instituto Lagoa Social; Rodrigo Capella, consultor jurídico da Fundação Catarinense de Cultura, representando o presidente, senhor Joceli de Souza; Hélio Carvalho Filho, representando o Fórum da Bacia do Itacorubi; Denise de Siqueira, representando a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB e o Grupo de Trabalho Floripa Acessível; Pedro Jorge Rocha de Oliveira, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, representando o presidente Luiz Roberto Herbst; Karla Terezinha Antunes Simm, vice-presidente da Associação dos Ciclousoários da Grande Florianópolis (ViaCiclo); Alexandre José Reis, representando o doutor Marcelo Mota, Procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina; Fabiano Faga Pacheco, secretário da Comissão Municipal de Mobilidade Urbana por Bicicleta do Município de Florianópolis; Lucas Ferreira, representando a Associação dos Geógrafos Brasileiros; Humberto Pereira da Silva, diretor da Associação dos Pescadores da Ponta do Coral; Alselmo Döll, da Associação Ecochannel; Lúcio Dias da Silva Filho, presidente do Movimento Ilha Verde; Alexandre Lemos, presidente da Aliança Nativa, do Município de Florianópolis; Marcos Leandro, presidente da Associação de Moradores das Praias do Itaguaçu, Meio e Saudade (Ampims); senhora Albertina Rosso, da ONG Anitas Libertas; e senhor Lino Peres, urbanista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Feito o registro, passou a palavra ao **senhor Murilo Silva, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera**, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e explicando que o Deputado não estava presente em virtude de compromisso assumido anteriormente com os pescadores na Barra da Lagoa. Informou que a posição do Deputado era no sentido do desenvolvimento da Capital, desenvolvimento aquele que valorizasse o ser humano, desenvolvimento que não tivesse que perseguir a falsa ideia de mais empregos e de mais dinheiro, momento em que foi aplaudido pela plenária. Declarou que estava muito tranquilo com o que havia pontuado, posto que sabia que o cidadão de Florianópolis pensava da mesma forma, ou seja, que aquela área era um quintal da cidade, lembrando que ela já havia perdido outros quintais. Dito isso, falou que a Ponta do Coral tinha sido vendida após um incêndio criminoso no abrigo de menores, anunciando em seguida que haveria uma nova batalha, uma batalha jurídica. Continuando, expôs que o gabinete do Deputado, através de estudos jurídicos, tinha descoberto que a Ponta do Coral tinha sido vendida sem projeto de lei autorizativo. Voltando-se aos Deputados Gilmar Knaesel e Deputado Elizeu Mattos, registrou que a venda da Ponta do Coral tinha sido feita através de um decreto, não de um projeto, o que significava no Direito Administrativo um ato nulo. Terminando sua manifestação, disse que muitos colocavam que a Ponta do Coral era o melhor lugar para se reivindicar atualmente, opinando que tal colocação era um sonho, uma utopia, visto que não havia dinheiro para a construção de uma área livre, um quintal para o cidadão de Florianópolis, bem como que a indenização sairia muito cara, momento em que lembrou que se o ato era nulo não precisava de indenização, no que foi aplaudido pela plenária.

Destacou que todos desejavam uma Florianópolis melhor, menos engarrafada, avaliando que o discurso de que haveria emprego para muita gente era uma utopia, que seria muito mais difícil para as pessoas se movimentarem na cidade, momento em que houve forte manifestação da plenária. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, manifestando a sua preocupação de que a audiência pública descambasse para a polarização e não para a convergência, apelou à plateia que contivesse o ânimo. Em seguida, pediu ao líder do governo, a quem considerava uma pessoa com grande experiência no trato da coisa pública, que fizesse uso da palavra para ajudar no debate, ao que o **Deputado Estadual Elizeu Mattos** disse à Deputada que sabia da sua adoração pela Ilha e, pela convivência que tinham na Alesc, da sua vontade de encaminhar a questão no sentido de encontrar a melhor solução para a Ilha. Declarou que era lageano mas tinha uma ligação muito grande com Florianópolis, em razão de a sua esposa ser da Lagoa da Conceição. Prosseguindo, registrou que estava presente à reunião mais pela curiosidade de saber o que se pretendia para a Ponta do Coral, mas avaliando que para abrir o debate era preciso saber o que se pretendia fazer, ao que foi aplaudido pela plenária. Para tanto, sugeriu à Presidente, como encaminhamento, que a discussão fosse feita após a apresentação do projeto, pedido que suscitou manifestação da plenária. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que era próprio do princípio democrático ouvir todas as pessoas, mas pedia a compreensão de todos para tornar a reunião mais construtiva, ocasião em que avisou que a tomada de decisão daquela discussão seria feita na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Dito isso, esclareceu ao Deputado Elizeu Mattos que a ideia da audiência pública era conhecer a opinião de todos em relação à ocupação da área e não para debater o projeto. Disse que se conseguissem construir um consenso seria ótimo, o que achava pouco provável que acontecesse, mas se assim não fosse, o debate continuaria. Em seguida, registrou a presença de Elizabeth Adorno Araújo Coimbra, secretária de Políticas de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Santa Catarina (Sintrafesc); Rodrigo Bastos, professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina; Ivanildo Antônio de Souza, representando o Conselho Comunitário da Barra da Lagoa; e Mário Lobo Filho, presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagem de Santa Catarina. Após o registro, avisou que tinham sido convidados para a reunião vários órgãos governamentais para o debate, momento em que reiterou se que estivesse presente no recinto algum representante que se manifestasse. O **senhor Loureci Ribeiro, representando a Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade**, perguntou se os convidados estavam presentes ou se tinham mandado representação, assim como o Promotor Barragan, que estava sendo representado pelo seu assessor, o senhor Alexandre. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, informou que as autoridades já tinham sido chamadas, complementando que o representante que ele havia mencionado estava presente na condição de ouvinte. O **senhor Loureci Ribeiro, representando a Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade**, comentou que havia solicitado que estivesse presente o senhor Ricardo Castelli Vieira, coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Florianópolis, exatamente porque havia questões pertinentes a sua área no que dizia respeito ao Projeto 180/2005. [Taquígrafa-*Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, afirmou que já havia listado a presença das autoridades presentes à mesa, fazendo a correção de que o senhor Silvio de Souza Júnior, chefe da Estação Ecológica Carijós, representando o coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Florianópolis, Ricardo Castelli Vieira, já estava na mesa. O **senhor Loureci Ribeiro**, retomando a palavra, pediu que fosse citada a lista das autoridades que haviam sido convidadas para aquela audiência pública, pois queria saber quais estavam presentes e quais estavam ausentes. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, citou que havia sido convidado o senhor José Carlos Ferreira Rauen, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis, representando a administração municipal de Florianópolis, e que este estava presente; o senhor Gerson Basso, presidente da Floran, que estava sendo representado pelo senhor José Carlos Ferreira Rauen; a senhora Isolde Espindola, superintendente do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, que estava presente; o senhor Norman Oliveira, secretário nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; o senhor Pedro Jorge Rocha de Oliveira, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, representando o presidente Luiz Roberto Herbst, que estava presente; o Professor Dalmo Vieira Filho, do

Iphan; e o senhor Murilo Flores, superintendente da Fatma. Comentou que o Procurador-chefe do Ministério Público em Santa Catarina não estava presente, mas havia enviado seu assessor. Usando a palavra, o senhor **Loureci Ribeiro** disse que havia uma divergência na mesa dos trabalhos. A senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, pediu que o senhor Loureci Ribeiro formulasse quais eram autoridades que ele achava que deveriam estar presentes à audiência, pois precisava dar continuidade à audiência pública. O senhor **Deputado Estadual, Elizeu Mattos**, perguntou em que momento o projeto seria apresentado, caso fosse apresentado, manifestando curiosidade em conhecê-lo. Como encaminhamento, sugeriu que o projeto fosse apresentado para que depois se fizesse a discussão a seu respeito. Ato contínuo, a senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, após rápida explicação sobre a sistemática da audiência pública, passou a palavra ao senhor **Silvio de Souza Júnior, chefe da Estação Ecológica Carijós, do Instituto Chico Mendes**, órgão federal responsável pela gestão das unidades de conservação federais. Disse que a Estação Ecológica Carijós preservava o manguezal do Rio Ratonas e os manguezais do Saco Grande, sendo aquela área a mais próxima do empreendimento em questão, na Ponta do Coral. Contou que, pela localização do manguezal do Saco Grande, que fica a três quilômetros da Estação Ecológica Carijós, naquele processo de licenciamento ambiental que estava sendo conduzido pela Fatma, a Resolução 428 de 2011 do Conama determinava que era necessária a autorização do Instituto Chico Mendes, após a devida análise do projeto. Citou que não havia ainda recebido o projeto da Fatma - que estava numa fase inicial de elaboração dos estudos ambientais - explicando que em determinado momento aquele projeto seria enviado pela Fatma para que uma análise pudesse ser feita. Feito isso, seria emitido um parecer de autorização, de não autorização ou então a necessidade de maiores estudos ou condicionantes ambientais para o processo. Citou que, além do convite, havia recebido um ofício de sugestão do Fórum da Cidade à Câmara de Meio Ambiente e Saneamento, dizendo que havia feito um documento técnico que respondia àquelas questões. Leu as perguntas e as respostas das mesmas. Disse que a Ufeco questionava se havia sido solicitado pelo Poder Legislativo e pelo Executivo municipal o parecer do ICMBio, que havia avaliado a referida Lei Complementar 180 de 2005 antes da aprovação. Explicou que aquela era a lei que transformava a área verde de lazer em área turística exclusiva -2 (ATE-2). Respondeu que nem a Prefeitura e nem a Câmara haviam solicitado tal parecer, destacando que não era necessária a manifestação do ICMBio para que aqueles órgãos sancionassem ou criassem a lei, pois tinham competência para aquilo. Disse que a lei alterava parte da área verde de lazer da Ponta do Recife para área turística exclusiva, permitindo um aterro numa faixa de trinta e três metros destinado à implantação de acesso viário, de ciclovia e de área verde de lazer. Falou que um dos parágrafos da lei dizia que a aprovação final do projeto pelo Executivo municipal ficava condicionada ao prévio licenciamento dos órgãos ambientais competentes. Outro questionamento era sobre quais seriam os instrumentos de gestão integrada de salvaguarda do desenvolvimento sustentável socioambiental e do controle social que estavam previstos na contrapartida municipal para as áreas de abrangência e para as zonas de amortecimento e proteção das reservas ambientais federais em Florianópolis e região. Respondeu que na lei não existia a contrapartida, e nos trâmites dos processos de licenciamento ambiental não era aquela a expressão usada, a contrapartida, mas sim as condicionantes, onde pode ser feita determinada obra ou atividade seguindo certas condições, e também as compensações, quando há impactos diretos na unidade. Nestes casos a unidade tinha que ser compensada com projetos ou com recursos financeiros. No que se referia à Estação Ecológica de Carijós, afirmou que não existia até aquele momento nenhum empreendimento da Prefeitura de Florianópolis em análise ou em execução que possuíssem condicionantes ou compensações ambientais. Contou que o licenciamento da Ponta do Coral estava na fase inicial de estudos ambientais de responsabilidade da Fatma, e por isso comentou que não possuía maiores informações a respeito daquele processo de licenciamento. A respeito dos instrumentos de gestão integrada, informou que a Esec Carijós possuía como instrumento de gestão integrada, o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Carijós, Conseca, que tinha representação nas associações de bairro em volta da unidade, como a do Saco Grande, a de Ratonas e a da Daniela, além de pescadores artesanais, da iniciativa privada e de empresas construtoras. Outro questionamento foi de quais seriam os perímetros físicos que comporiam as zonas de amortecimento da reserva de Carijós, respondendo que a Estação Ecológica não possuía uma zona de amortecimento definida. Explicou que, por entendimento da Casa Civil da Presidência da República, todas as

zonas de amortecimento deveriam ser criadas por decreto, dizendo que a da Estação Ecológica de Carijós ainda não havia sido criada. Contudo, salientou que, conforme a Resolução 428 do Conama, em qualquer atividade que tivesse EIA/Rima no licenciamento seria necessária a autorização do ICMBio antes da primeira licença ambiental. Sobre qual seria o impacto na zona de amortecimento ambiental do Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi e da Reserva de Carijós com o acréscimo de mais 30 mil metros quadrados de aterro adjacente à Ponta do Coral, respondeu que aquela era uma das perguntas que embasavam a necessidade de um licenciamento ambiental, e que para respondê-la seria necessário elaborar o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental - o EIA/Rima - considerando o projeto proposto, o tipo de aterro, o material do aterro, o local do aterro, as correntes marinhas influentes na região, os ventos, as marés, as estruturas de contenção, etc. Exemplificando, disse que uma coisa era um aterro com dragagem de lama e outra era um aterro feito com blocos de granito, demonstrando que haviam métodos variados de aterramento. Afirmou que a proposta do empreendedor era a de não fazer a dragagem, mas sim o aterro mecânico. Disse que a marina proposta também seria analisada, assim como o esgoto sanitário. Por fim, solicitou o parecer técnico-jurídico sobre a pertinência de ser enquadrada como promontório a Ponta do Coral, dizendo que a análise seria feita na elaboração da manifestação técnica do ICMBio no licenciamento do empreendimento em questão. Concluindo, disse que uma análise detalhada dos impactos seria realizada no momento em que no processo de licenciamento fosse solicitada a participação do ICMBio. A senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que havia recebido um ofício do Procurador da República, Eduardo Barragan Seroa da Motta, que havia designado a participação de seu assessor na realização da audiência pública, o qual não poderia emitir opinião sobre os fatos objetos daquela reunião. Neste sentido, chamou à mesa o senhor Alexandre José Reis, que estava representando o senhor Marcelo da Mota, Procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, para que fosse dirimida aquela questão de ordem. Logo após rápida conversa com o senhor Alexandre Reis, foi confirmada a orientação do Promotor da República, Eduardo Barragan Seroa da Motta. Disse que os outros ofícios levantados pelo senhor Loureci envolviam outras autoridades relacionadas ao tema daquela audiência pública. Contudo, explicou que aquela reunião estava inserida no âmbito da Comissão de Legislação Participativa da Alesc, que possuía membros e que deliberava por maioria. Contou que algumas pessoas a procuraram em seu gabinete pedindo que algumas autoridades fossem convidadas a participar daquela audiência pública, e que explicou que naquele momento não havia mais tempo hábil para a convocação da Comissão, que não pôde se reunir com o intuito de aprovar a chamada daquelas pessoas. Comentou que a palavra seria franqueada a todas as pessoas convidadas, mesmo aquelas não estando presentes à mesa. Pediu para que aquelas pessoas que não estavam à mesa fossem as primeiras a se manifestarem. Pediu que se manifestassem à Comissão, caso estivessem presentes, as seguintes autoridades ou seus representantes: Procurador André Stefani Bertuol; Promotora Analúcia Hartmann; Procurador Valmor Alves Moreira; Vereador Jaime Tonello, d senhora Dalvani Luzia Propodoski Rocha Vieira Jank, da Advocacia-Geral da União e senhor Aor Steffen Miranda, Procurador do Ministério Público de Santa Catarina. Disse que o direito de fala estaria garantido a eles após os pronunciamentos dos integrantes da mesa. Registrou a presença do senhor José Machado Pacheco, presidente da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, e em seguida passou a palavra ao senhor **Pedro Jorge Rocha de Oliveira, auditor fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, representando o senhor Luiz Roberto Herbst, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, que disse que o Tribunal de Contas do Estado estava como um observador que acompanhava os fatos e que se manifestaria quanto à legalidade dos atos praticados pelo Estado, pelo Poder Executivo e pelo Município, além das instituições que tivessem alguma participação naquele processo, como a Fatma/Floram e o IpuF. Afirmou que qualquer recurso público do Estado e do Município que fosse aplicado em alguma obra pública, o Tribunal também iria examinar a legalidade daquela obra. Citou que também poderia haver a manifestação do Tribunal sobre qualquer representação que fosse feita por instituições, entidades ou até por cidadãos sobre algum ato praticado por parte daquelas instituições, desde o Estado ou órgãos municipais, e que ele iria se manifestar recebendo uma representação ou alguma denúncia sobre qualquer fato. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]* Prosseguindo, informou que qualquer projeto que o Poder Público realizasse, ou um aterro hidráulico naquela região, se for de competência do Município ou porventura do Estado, e tendo

sido cedido pela União aquele espaço, o Tribunal também iria examinar. Diante do exposto, declarou estarem ali acompanhando os fatos e, no momento oportuno o Tribunal, em sendo o Estado chamado, iria se manifestar quanto à legalidade de qualquer ato praticado pelo Poder Público, quer fosse estadual ou municipal, inclusive daquele mencionado decreto, de muitos anos atrás, quanto à venda do próprio espaço. Concluindo, agradeceu o convite, se colocou à disposição para qualquer intervenção necessária e desejou que a audiência pública tivesse sucesso e que todos chegassem a um consenso. Por sua vez, fazendo uso da palavra, **o senhor Aliator Silveira, diretor executivo da Hantel Engenharia e representando o Sinduscon**, manifestou seu prazer e privilégio de estar ali após o segundo convite, o qual ambos tiveram como foco a apresentação da Ponta do Coral. Declarou que estava ali com os seus trinta técnicos, entre advogados ambientalistas, arquitetos, engenheiros, oceanógrafos e biólogos, que buscavam diuturnamente constituir e trazer para Florianópolis, Santa Catarina, e para aquele local a melhor concepção de projeto do Sul do Brasil, e que tinham uma responsabilidade muito forte e um prazer muito grande em apresentar o projeto. Percebeu pelo que vinha sendo exposto nas apresentações televisivas, nos jornais de circulação e nas revistas anunciando o projeto Ponta do Coral, que não seria outro o desiderato do que ali discutir o projeto, uma vez que ele era o foco e a razão de todos estarem ali. Disse que havia toda uma contextualização jurídica e observou que ali não representavam um tribunal, já que não estavam julgando ninguém, mas sim apresentando um projeto, e que numa instância futura, se fosse o caso, que julgassem os juízes. Em seguida, fazendo uso de PowerPoint, mostrou fotos atuais da Ponta do Coral, observando que existia uma ausência de segurança extremamente forte, o que levou o local a ser usado para consumo de drogas. Salientou que quem caminhava na Beira Mar Norte via todos os esgotos lançados ao mar sem qualquer tipo de tratamento, numa total degradação, o que acabava por estancar a revitalização da Avenida Beira-Mar Norte; também via abandonada a comunidade pesqueira que não tinha nenhum tipo de saneamento, que não era atendida de nenhuma forma. A seguir, apresentou um breve histórico do local, informando que em 1980 o terreno foi adquirido pelo governo do Estado e que na época as empresas Kobrasol, late Clube Florianópolis, Carbonífera Metropolitana e Sociedade Nacional de Construção apresentaram propostas, tendo a Sociedade Nacional de Construção sido vencedora porque ofereceu o maior valor e porque ofereceu o pagamento a vista à empresa Carbonífera Metropolitana. Informou que desde então a empresa vinha pagando os seus IPTUs, que atualmente representavam mais de R\$ 117 milhões desde a época da aquisição e mais de R\$ 10 milhões de impostos à Secretaria do Patrimônio da União. Continuando, disse que em 2004 houve uma audiência pública, a qual foi validada, realizada na Câmara de Vereadores, para saber se evoluiria ou não o projeto de construção hotel; que em 2005 foi promulgada a Lei 180 que mudava o zoneamento e trazia ao empreendedor uma série de exigências, como ciclovias e parques. Contou que fizeram uma consulta de viabilidade à Prefeitura e um protocolo de intenções com ela, e que se comprometeram a desenvolver absolutamente todas as exigências para a área pública, para a sociedade, para a comunidade, que manteriam os custos da sua manutenção, e a Prefeitura, após os licenciamentos devidos, faria a solicitação do uso daquela área do aterro para área pública, que era a forma legal de assim ser constituída. Prosseguindo, contou que iniciaram os estudos para saber a quem competia fazer o licenciamento, uma vez que existia um conflito de competência muito forte de quem licenciava o quê. Disse que fizeram um ofício para o Ministério do Meio Ambiente em Brasília. Naquele momento houve manifestação da plenária, no que a **senhora Presidenta** interveio dizendo que a audiência pública tinha uma presidência e que ela iria usar das prerrogativas dela para manter o bom andamento dos trabalhos, e lembrou a todos que eles poderiam se manifestar no seu devido tempo e, depois de recompor o tempo do expositor, pediu a todos que evitassem se manifestar, caso contrário iria deferir mais tempo a quem se achasse prejudicado. Continuando, o **senhor Aliator Silveira** informou que no ano em curso a competência era da Fatma, e que era lá que eles estavam evoluindo o EIA/RIMA do empreendimento. Apresentou que a sociedade buscava um belíssimo parque público, com passeios, ciclovias, áreas destinadas à cultura e a eventos, ao lazer e ao esporte, todos devidamente equipados, bem como a integração daquela área com a revitalização da Avenida Beira-Mar, jardins com muita arborização, segurança pessoal, despoluição da área do entorno, estancamento do lançamento de efluentes, realocação e valorização dos pescadores, criação de emprego e renda, menor impacto na mobilidade urbana, devolução da vitalidade com qualidade diuturna do local e a transparência na condução do

licenciamento. Em seguida, apresentou que a ideia era devolver uma nova Ponta do Coral à cidade com parque integrado. Diante do exposto, lembrou que naquela semana veiculou em revistas a revitalização que estava ocorrendo em várias cidades e em vários lugares do mundo, citando como exemplo Angra dos Reis, o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro; a revitalização do San Diego Hotel e marina e do Parque Villa-Lobos, em São Paulo. Em seguida, apresentou as propostas do empreendedor: construir equipamentos de qualidade e que qualificassem o turismo; dar ênfase ao turismo de negócio e de eventos não sazonal; criação de um novo ícone para a arquitetura moderna; integração da construção do equipamento público e privado e promoção de equipamento com conceito de eco sustentabilidade, amplo parque, espaços musicais, valorização das rendeiras, pescadores, espaços culturais, eventos, teatro, área à disposição para o lazer, pistas de corrida, integração do hotel ao ambiente, áreas de contemplação, bosques, marina molhada, área para esporte, espaço pra criança, idoso, portadores de necessidades especiais, espaço gastronômicos, bares, restaurantes, cafés, lojas, amplo estacionamento. Continuando, discorreu sobre espaços e atrações, mostrando a foto de um anfiteatro; uma praça dos eventos; um monumento às rendeiras, ressaltando que seria construído com recursos do empreendedor repassado ao Município; equipamentos esportivos; uma marina molhada; praça de eventos, praça pôr do sol e praça do ócio. Após, mostrou o projeto que será constituído de oito praças, além de ciclovias, o parque público, o hotel, a marina molhada, o local para grandes eventos, os eixos dos pescadores realocados com toda a infraestrutura. Mostrou a imagem do hotel e todo o seu entorno. Novamente houve manifestação da plenária e a **senhora Presidenta** interveio informando que as interrupções de apoio não iriam descontar no tempo do orador. Prosseguindo, o **senhor Aliator Silveira** mostrou a marina da beira-mar e apresentou um pier que contemplaria vagas para uso da Guarda Marítima da Capitania dos Portos, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental e Polícia Federal; a construção de uma nova estação de tratamento de esgoto capaz de atender a todo o contexto; a criação do Instituto Hantel, que vai gerar 1.500 empregos diretos e 4.800 empregos indiretos durante a operação, gerando renda. A seguir, projetou *slide* com o nome das empresas, dos Deputados Estaduais, das Associações, do governo do Estado, do Ministério Público Federal, que elogiaram, criticaram e apresentaram sugestões. Continuando, ressaltou os ganhos para o cidadão, para a cidade e para o Estado com a doação ao Município de um parque e de uma infraestrutura completa de equipamentos urbanos para uso público. Após, projetou os números que serão criados com a construção do empreendimento privado, sendo 46 lojas, 1.100 vagas de carros, quatro mil metros quadrados de espaço para eventos, com uma contribuição de aproximadamente R\$ 25 milhões ao ano de arrecadação de impostos, o que permitiria a construção de creches, escolas, e assim por diante. A seguir, projetou *slide* mostrando os estudos que estavam sendo realizados, baseados em critérios técnicos e legais, destacando que não haveria dragagem, não haveria engorda para a criação de uma nova praia no local, que a marina seria flutuante de modo a minimizar o impacto da instalação, acrescido de marina integralmente destinada à área pública, com parques, anfiteatro, ciclovias, espaços culturais, espaços para eventos, academia, entre outros. Por fim, informou que a execução e a manutenção seriam financiadas e executadas pelo empreendedor e apresentou as empresas envolvidas no projeto. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** estabeleceu que quando o orador fosse interrompido na sua fala por manifestações da plenária, o tempo dele seria recomposto, e quando o orador fosse interrompido por palmas, o tempo dele não seria descontado. [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.*] A seguir, concedeu a palavra ao **senhor Loureci Ribeiro, representando a Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade**, que cumprimentou todos e disse que também representava várias entidades comunitárias que discutiam a Ponta do Coral como área pública. Em seguida, informou que faria a apresentação, em PowerPoint, do processo de uso e ocupação da área na década de 1980 até os dias atuais. Iniciando, relatou que em 1980 o uso de ocupação daquela área era de área verde e de equipamentos comunitários e institucionais e que quando o governo a vendeu era permitido à construção de até quatro pavimentos, o que transformara seu valor em moeda podre devido à pequena possibilidade de uso da área; que a partir de 1984 foi permitida a construção de dezoito pavimentos e ocorrera a supervalorização daquela área para o investidor privado. Dito isso, reiterou que não estava discutindo a legalidade da venda, mas relatando como havia sido feito o processo de uso e ocupação da área. Continuando, relatou que o zoneamento de 1984 havia colocado no Plano Diretor que aquela área passaria a ser área turística, exclusiva à hotelaria, possibilitando até dezoito

pavimentos; no entanto, a área do empreendedor para construção se resumiria a 3,3 mil metros quadrados de área alodial; e a área remanescente não chegaria a dois mil metros quadrados. Pontuou que a lei permitiria ao comprador construir até quinze mil metros quadrados sobre aqueles dois mil metros quadrados, sinalizando que aquele era o regramento social que havia sido colocado para o proprietário cumprir a função social da área. Contou que para o proprietário aquilo não bastava e que por isso não fizera nenhum investimento na área, explicando que o empreendedor queria ocupar doze mil metros quadrados no entorno, que era área de Marinha, área pública. Acrescentou que até os dias atuais o proprietário não cumprira a função social da área e que se lá havia uso indevido a responsabilidade cabia ao proprietário e não ao Estado. Disse que fora com base em tal discussão que em 1997 buscou-se no debate do planejamento da cidade o resgate de uma faixa de AVL, Área Verde de Lazer, para recompor a orla, porque a Ponta do Coral era a única parte natural que havia restado após a construção da Beira Mar em 1978. Esmiuçou que naquele mesmo ano o Ipuf, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, dizia que era de seu interesse que aquela área viesse a compor a reintegração da orla para a sociedade, uma vez que a Beira-Mar a afastara, e criticou que mesmo assim aquela área havia sido vendida e não fora levado em consideração o anseio do Ipuf. afirmou que ter posse da área não dava a ninguém o direito de construir o que quisesse, porque quem regravava era o bem comum defendido pelo Plano Diretor. Contou que em 1937 aquela área pertencia à empresa Esso e que foi impedida pelo Estado de operar seu depósito de combustível naquele local porque o governo defendera o bem comum, o bem da sociedade, destacando que naquela época o regramento era cumprido e que a Esso assim o fez. Lembrou do projeto do Vereador Mauro Passos, do ano 2000, de tornar a única área natural remanescente do local em área verde e de lazer para assim recuperar aquela intenção do Ipuf, do ano de 1978, e da sociedade de usar aquela área para o bem público, contando que tal projeto passara em todas as comissões da Câmara de Vereadores, que fora aprovado em primeira votação, e que o Ipuf, a Floran, a Fatma, os órgãos de salvaguarda da política urbana no Município, foram favoráveis àquele projeto. Após, mostrou um mapa com as alterações propostas pelo Ipuf e deixou claro que as entidades, às quais representava, eram contrárias àquilo que destruía a perspectiva da sociedade. Disse que o Ipuf propunha deixar somente um pedaço em ATE, Área Turística Exclusiva, baixar para seis pavimentos e todo o restante manter em AVL; a Fatma propunha apoio ao projeto do Vereador Mauro Passos; e a Floran defendia que a área deveria ser pública. Então, consultou a plenária sobre o que havia mudado e alertou que os cidadãos não moravam nos salários, mas na cidade, salientando que educação, o transporte, o lazer e a saúde eram tarefas do Poder Público. Havendo manifestação da plenária, a **senhora Presidenta**, em razão da intervenção da plenária, concedeu mais três minutos ao orador. O **senhor Loureci Ribeiro**, retomando a palavra, disse que, após a aprovação por unanimidade do projeto do Vereador Mauro Passos na Câmara de Vereadores, havia sido começada a busca por outras possibilidades e pareceres e contou que no dia 11 de abril de 2004 havia sido realizada uma audiência pública na qual fora defendido que deveriam fazer um plebiscito porque o assunto era muito polêmico. Acrescentou que todos saíram daquela audiência do ano de 2004 sabendo que fazer aterro em área de Marinha era inconstitucional e que órgãos como Ibama, ICMBio e Fatma, obrigatoriamente teriam que ser consultados. Comentou sobre as ponderações judiciais feitas ao Executivo municipal e ao Legislativo municipal e sobre o descaso àquelas ponderações. Havendo manifestação da plenária novamente, a **senhora Presidenta**, mais uma vez, intervieria pedindo silêncio à plenária para que o orador pudesse concluir a sua manifestação. Retomando a palavra o **senhor Loureci Ribeiro** criticou a proposta da Hantei de abocanhar aqueles doze mil metros quadrados e colocar aquilo que era público num aterro, destruindo a natureza. Frisou que aquela era função do Estado e não da Hantei. Criticou o senhor Rauen que dizia que faltava projeto, documento e estudo, e reclamou que tinham concedido a consulta de viabilidade na intenção da imoralidade da coisa pública para a coisa privada, num conluio entre a Prefeitura e o setor privado. Em seguida defendeu a intenção de fazer um debate válido a todos, afirmando que não poderiam construir leis casuísticas que levassem a certas coisas, como o caso da moeda verde, e à falta de credibilidade do público sobre o privado. Novamente ocorreu manifestação da plenária e a **senhora Presidenta** pediu que se mantivesse a urbanidade e repetiu que ali era um espaço de debate e avisou que quem não quisesse discutir o assunto que se dirigisse a outro espaço porque ali debatiam de forma séria e adulta. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] Em seguida, passou à palavra ao senhor **Amilton Alexandre**, que cumprimentou

todos os presentes e disse que as decisões que seriam tomadas naquela audiência seriam refletidas no futuro. Relatando que havia nascido no Saco da Lama, em Coqueiros, informou que antigamente aquele local era apenas um lixão e às vezes circos se apresentavam lá. Dito isto, contou que foi construído naquele local o parque de Coqueiros, mas simplesmente alguém havia resolvido que o pessoal da favela não poderia frequentar o parque e não cuidaram mais daquele local, acrescentando que um vereador de Florianópolis por entender que aquela área era pública, retomou e revitalizou o parque de Coqueiros. afirmou que não era contra empreendimentos turísticos, mas era preciso pensar no impacto que aquele tipo de empreendimento iria causar no futuro, acrescentando que até queriam construir uma ponte e observou que a construção da ponte colocaria mais trinta mil veículos na Beira-Mar Norte e após cinco anos a qualidade de vida ao entorno do hotel seria péssima. Concluiu, dizendo que era preciso cumprir a lei e destacou que o Município de Florianópolis estava um caos porque a lei não era cumprida. Em seguida fez uso da palavra a senhora **Ana Paula Poburko, arquiteta do projeto Ponta do Coral**, que cumprimentou e desejou boa-noite a todos. Esclareceu que estava na audiência para apresentar o projeto que tinha desenvolvido para a Ponta do Coral de um aquário marinho. Esclareceu que o aquário serviria de exposição para todas as pessoas que desejassem ver os animais, assim como os estudantes de biologia. Ressaltou ainda que no aquário marinho iria ter sala de aula, laboratório e hospital para os animais doentes. afirmou que era a favor que fosse construído alguma coisa na Ponta do Coral e sugeriu que houvesse um concurso para que outras pessoas pudessem mostrar suas idéias, e não somente a empresa privada. O **senhor Lúcio Dias da Silva, do Movimento Ilha Verde**, parabenizou a Deputada Angela Albino pela realização da audiência e cumprimentou todos. Destacou que o Movimento Ilha Verde não via com bons olhos a construção do hotel na Ponta do Coral, esclarecendo que na exposição da Hantei tinha ficado claro que o volume era pesado demais para aquela área. Citou um decreto de venda de 1980 que tornou aquela área privada, que poderia ser vendida, e sugeriu ao representante do Tribunal de Contas que verificasse a questão e os valores dos patrimônios públicos do Estado. Disse ainda que também deveria ser verificado o abandono e a falta de cobrança da limpeza da área pelo proprietário por parte da Floran e pela Secretaria do Meio Ambiente. afirmou que a Ponta do Coral fazia parte do ecossistema do manguezal de Itacorubi e que o correto seria abrir concurso para que aquela área fosse anexada ao manguezal de Itacorubi novamente, na sua proteção ambiental, e que fosse destinada a projeto socioambiental a toda comunidade. Finalizou, informando que a posição do Movimento Ilha Verde era contrária ao projeto da Hantei. O **senhor Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, fazendo uso da palavra, parabenizou a iniciativa da Deputada Angela Albino por proporcionar a democracia participativa. Disse que a Assembleia Legislativa pudesse interferir muito pouco na decisão, mas caberia àquele órgão participar. Parabenizou a senhora Ana Paula Poburko, arquiteta, por ter apresentado o seu projeto. Disse que a Hantei era uma empresa catarinense e que não queria fazer nada de ilegal, pois queria se manter, crescer e gerar empregos no Estado catarinense. Informou que a empresa já tinha investido muito dinheiro e que aquilo iria desenvolver mais o turismo do Estado e de Florianópolis. Cientificou que a discussão caberia aos órgãos municipal e estadual e que a decisão final sobre a legalidade caberia à União. Disse que se deveria ousar se a construção fosse legal. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Eduardo Paulino Farias, presidente da Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural Novo Horizonte, do bairro Agrônômica**, que cumprimentou todos. Informou que morava na Agrônômica há 35 anos e desde criança ouvia falar que a Ponta do Coral era um motel ecológico. Disse que era preciso defender a construção de um empreendimento, independente da empresa, mas também era importante solicitar uma compensação para o bairro como um centro comunitário e a construção de via pública mais rápida para a comunidade, acrescentando que tinha o problema de tráfico de drogas. Lembrou que quando ia à praia de Canavieira e via os transatlânticos perguntava-se por que não construir uma marina. Finalizou, dizendo que era necessário ouvir a população dos bairros para ver o que achavam melhor e afirmou que no seu bairro sabiam o que era melhor. O **senhor Jairo Backer, morador da Agrônômica**, desejou boa-noite a todos. afirmou que não era político, que não tinha o dom da palavra, que morava a sessenta anos na Agrônômica e que estava vendo pelo menos 160 pessoas desempregas e questionou se alguém tinha se preocupado em arrumar empregos para elas. Comunicou que foi construído um presídio na Agrônômica; que colocaram fogo no abrigo de menores; que construíram uma estação da Celesc e expôs que quando uma empresa quer construir um empreendimento que geraria emprego, algumas

peças eram contra. Disse que os moradores da Agrônômica querem que a Hantei comprometa-se em conseguir um percentual dos empregos para o pessoal que moram lá. Lembrou que quando fizeram o aterro do Rio Tavares mataram milhões de caranguejos e quando aterraram mais de cinquenta mil metros quadrados na Beira-Mar Norte ninguém falou nada e agora não podiam aterrar trinta mil, que seria um parque para eles. O **senhor Roger Berriel, da Impacto MultiEventos**, disse que estava admirado por ver que os moradores da Agrônômica não eram contra o empreendimento. Afirmou que ficava chateado porque quando alguém queria construir um empreendimento na cidade de Florianópolis, que iria gerar emprego, o assunto gerava polemica. Deixou claro que antes de criarem o campo de golfe no Costão do Santinho, que era conhecido internacionalmente, aquela área era um lixão. Sugeriu que a população cobrasse do Poder Público para que verificasse se os empreendimentos privados estariam executando o que foi apresentado para a população. O **Senhor Anselmo Döll, da Associação Ecochannel**, após os cumprimentos de praxe disse que ele e seus filhos tinham comido muitas ostras na Ponta do Coral. [Taquígrafa-revisora: *Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Destacou que Florianópolis era conhecida como a cidade com a melhor qualidade de vida do Brasil, e que na época em que a imprensa comentava sobre aquilo, os argumentos mais fortes eram as belezas naturais da Ilha, os costumes do seu povo, a tranquilidade e a qualidade de vida que se tinha. Disse que atualmente Florianópolis tinha a pior mobilidade urbana do Brasil, que crescia em violência e estava cada vez mais poluída; que o trânsito estava parado, que a Lagoa da Conceição e diversas praias estavam poluídas, que a violência havia tomado conta da cidade e que perderam em muito a qualidade de vida. Afirmou que ninguém imaginava que um dia viveriam de forma tão estressada e que até o manezinho mais ilustre da Ilha, o Guga, anunciaria o desejo de abandonar a cidade. Questionou se estavam no caminho certo e se concretar os patrimônios naturais era melhor que preservar. Anunciou que observava que o crescimento era inevitável, porém em alguns lugares, como no Hwaii, local que recebia o maior número de turistas do mundo, os projetos estavam sempre associados à preservação ambiental e não na destruição que poderia poluir ou afugentar turistas e completou dizendo que a beleza natural do arquipélago havaiano era e sempre seria para eles o maior atrativo para fomentar o turismo porque sabiam que nenhuma obra, por mais bonita e moderna que pudesse ser, poderia substituir a beleza natural, motivo de grande atração turística. Deu ciência que North Shore, em Honolulu, estava intacto desde a primeira vez que o visitou, em 1984, e que a cada ano recebia mais turistas, justamente pela política de preservação ambiental; que era a beleza natural que continuava atraindo os turistas. Anunciou que observando atentamente o projeto da Hantei apresentado na televisão, disse que era muito bonito em termos de projeto, mas que jamais poderia dizer que estava de acordo com a construção na Ponta do Coral. Afirmou que nenhum projeto poderia ser mais bonito e apreciável que o projeto natural de Deus, o desenho maravilhoso que Ele criou para aquele lugar que atualmente chamam de Ponta do Coral e completou dizendo que nenhuma obra do homem poderia ser mais contemplativa do que a obra do Criador e que só por aquele aspecto deveriam pensar em não errar. Ressaltou que por outro lado havia sido falado sobre a venda irregular daquela área, bem como a sua situação de abandono e de mau uso. Sobre a questão da venda, desejou que os órgãos competentes pudessem apurar aquilo, e caso houvesse fraude no processo que aquele fato já fosse um dos motivos que pudesse impedir qualquer tipo de construção por parte daquele que se dizia dono, mas não o era. Lembrou que o fato de o local estar abandonado não era culpa da Prefeitura e nem do governo, mas de quem se dizia dono do terreno. Avaliou que Florianópolis deveria lutar para voltar a ter o título de ser o melhor lugar para se viver. Encerrando suas palavras, foi aplaudido e vaiado pela plenária. A **senhora Presidenta**, passou a palavra ao **senhor Alexandre Lemos, presidente da Aliança Nativa**, que cumprimentou todos e disse que a realização daquela audiência pública era o instrumento mais correto para discutirem as coisas que tinha impacto na vida de todos. Contou que atualmente a Aliança Nativa representava as entidades ligadas à área ambiental dentro do núcleo gestor do Plano Diretor Participativo, que era outro projeto, sendo, em sua opinião, o projeto mais importante que estava em curso na cidade, porque previa a compactuação dos interesses do uso e ocupação do solo. Expôs que não se via nenhuma conexão entre a proposta apresentada sobre a ocupação do solo dentro do trabalho que já estava sendo elaborado do Plano Diretor. Lembrou que aconteceu uma série de audiências públicas, de consultas populares, para buscar diretrizes a fim de orientar a ocupação daquele espaço e que em nenhum momento foi apresentada uma indicação para aquele tipo de ocupação. Afirmou que, apesar de tudo o que havia

sido dito pelo representante do gabinete do Deputado Padre Pedro, existia uma questão de ilegalidade perante a titulação da terra. Afirmou ainda que era necessário entender o tipo de conexão que existe com o planejamento. Associado àquilo disse que pouco havia sido falado sobre o Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi, que era outra área protegida por lei, que exige, por determinação legal, uma forma de ocupação restrita, o que havia sido totalmente descaracterizado. Defendeu que era necessário valorizar as áreas públicas, valorizar os parques naturais que existiam, afirmando que aqueles eram o maior patrimônio que se tinha. Disse que não podiam, devido à ingerência do Estado, abandonar as áreas que eram do interesse do povo. Encerrando, lançou uma reflexão sobre a maneira que poderiam acomodar o interesse coletivo da sociedade de Florianópolis: se era priorizando o interesse de alguns ou priorizando a vontade do coletivo. Comunicando que e as inscrições estavam encerradas devido ao tempo, a **senhora Presidenta**, passou à palavra ao **senhor Lino Fernando Bragança Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC**, que após os cumprimentos de praxe comunicou que vivia há mais de 37 anos em Florianópolis e que fazia trabalhos para as comunidades empobrecidas e invisíveis da cidade, afirmando que não era contra o emprego, mas que iria se reportar sobre aquele assunto também. Comunicou que o Departamento de Arquitetura e Urbanismo aprovou por unanimidade a moção em defesa da Ponta do Coral, que desde 1981 era o primeiro departamento da Universidade Federal que havia se manifestado em defender áreas públicas na cidade. Revelou que naquele ano, sobre as ruínas de uma obra destruída, que era patrimônio histórico, realizaram atividades teatrais juntamente com os alunos, a fim de mostrar a importância pedagógica sobre a cultura da preservação. Informou que aquele departamento se posicionou, em 10 de outubro do ano corrente, em defender aquela comunidade e que inclusive vários Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs - tiveram como tema a defesa da área pública, com uma arquitetura do mais alto nível, preservando a área cultural e de lazer. Falou que uma arquitetura que está em cima da paisagem, com o peso da Hantei, era uma arquitetura autocentrada e que ignorava a visualidade e o entorno, como o Shopping Iguatemi cujo polo de tráfego foi feito dentro de uma região de bairro. Contou que em Marbella, na costa espanhola, os seus edifícios foram destruídos porque feriram leis ambientais e que mais de quarenta prefeitos haviam sido presos; que Marbella era referência para os empreendedores da Ilha, assim como Dubai, que também estava em crise no momento atual, era também referência para os mesmos empreendedores. Afirmou que não valia a pena gerar emprego em detrimento da natureza. Declarou que não eram contra empreendimentos, mas que não concordavam que eles fossem em localizações que poderiam gerar perigo. Frisou que tinham que estudar o planejamento geral para ver onde ficariam as marinas, os empreendimentos para depois estudar os impactos. Afirmou que o empreendimento em si não era bom nem ruim, mas que dependia da localização, e que na cidade nem as elites locais e nem os governos haviam feito um planejamento sério. Declarou que não era por causa daquilo que na correria, em detrimento da lei, iriam passar por cima dos promontórios, que eram poucos. Disse que atualmente estavam com dois metros quadrados de área de lazer por habitante quando a Unesco recomendava doze metros quadrado por habitante e defendeu a criação de mais áreas públicas. Pediu a todos os presentes que estudassem outra localização para a Hantei construir porque aquela área já era pouca. No final da sua fala recebeu palmas e vaias. Em seguida fez uso da palavra o **senhor Gilberto Del Pozzo, jornalista**, que disse que não estavam ali para discutir o projeto da Hantei e que a população da cidade de Florianópolis tinha o direito de discutir o espaço público naquela área privilegiada. Disse que entendia perfeitamente a população do bairro Agrônômica em se colocar a favor daquele projeto porque o que estava lá há décadas na Beira-Mar era um bode que estava fedendo e que a Hantei estava oferecendo tirar de lá. Afirmou que havia a necessidade de aprofundar o debate porque a população tinha o direito de discutir se lá estaria um lixão, um hotel, uma praça ou um parque a beira-mar; que o Poder Público de Santa Catarina tinha o dever de fazer todos os movimentos possíveis para fazer daquele espaço um espaço público. Lembrou que aquele local estava a décadas na mão de um ente privado que não construiu nada até aquele momento porque a legalidade era dúvida, porque não existia segurança jurídica para lá construir; que volta e meia tentam pegar a sociedade desprevenida e depois vinham com promessas. Frisou que as pessoas tinham que estar atentas naquele momento para ter uma reação a altura do que o projeto representa. Reafirmou que não iria julgar o pessoal do bairro Agrônômica que defendia o projeto, e que quanto à Hantei disse que não era ingênuo e que conhecia como funcionava a cidade e que cada vez mais o espaço

público estava indo para entes privados sem consultar a população, sendo aquela simplesmente atropelada. Falou que a proposta da nova ponte vinha com várias promessas, como ciclovia e passarela, e perguntou por que não havia passarela e ciclovia na atual ponte e quanto seria o investimento público para transformar aquela passarela numa área segura. Lembrou que havia polícia militar nas duas pontas da ponte, assegurando que algumas câmeras de segurança resolveriam o problema. Afirmou estar faltando boa vontade do Poder Público porque ele aparecia muito na hora de atender o interesse privado, mas que não estava presente às vezes para atender o interesse público. A **senhora Presidente** passou a palavra para o **senhor Carlos Roberto Adriano, tesoureiro da Associação dos Pescadores da Ponta do Coral**, que cumprimentou todos e disse que os pescadores conheciam muito bem aquela área; que ninguém melhor do que ele, que nasceu no bairro João Paulo e foi criado no abrigo de menores, conhecia o local e lamentou que atualmente estava jogado às moscas, degradado, e se transformou num lugar de uso de drogas e de prostituição. Contou que roubaram o seu carro que estava naquele local por falta de policiamento e perguntou quem iria pagar as praças que queriam fazer, se o governo tem tantas coisas prioritárias para realizar. Contou ainda que o pessoal da Ponta do Coral foi chamado pela Hantei e comunicou que estava de acordo desde que a empresa cumprisse com as normas, conforme a doutora Izolde havia falado. Lembrou que aquela doutora estava do lado deles e que não estavam contra o projeto porque o local estava jogado às moscas, repetiu. Um dos participantes manifestou-se da plenária dizendo que a culpa era da Hantei, e o senhor Carlos Roberto respondeu que a culpa não era dela e perguntou por que as ONGs não haviam tomado uma providência antes de a Hantei fazer o projeto e por que não se manifestaram anos atrás quando o local estava abandonado e esquecido, o que foi aplaudido efusivamente. Perguntou para a pessoa que se manifestou se ela tinha coragem de entrar na Ponta do Coral nos dias de hoje e garantiu que quando tiver um empreendimento, com praças públicas, aquela pessoa entraria lá, iria até os seus ranchos. Informou que faz reuniões com os pescadores a cada trinta dias e que eles estavam de acordo desde que as normas fossem cumpridas. Dando seguimento, a palavra foi concedida ao **senhor Gert Schinke, presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Mentalidade Marítima (InMar)**, que disse acreditar que tudo o que for de bom para o conforto e que fosse a favor da natureza era bem-vindo. [*Taquígrafa-revisora: Iwana L. Lentz*] Enquanto professor, disse que gostaria de falar sobre a questão da especulação imobiliária que estava no fundo de toda discussão. Explicou que as pessoas compravam um terreno barato e esperavam um bom tempo para que o poder público e todos os empreendedores do entorno construíssem para elevar o valor imobiliário do terreno. Disse que no sistema capitalista qualquer empresa visa, em primeiro lugar, o lucro, deixando em segundo lugar a oferta de algum benefício como uma ciclovia, uma reforma de um rancho, uma escola. Adiante, falou da necessidade de haver legalidade sobre poder ou não fazer um empreendimento, afirmando que, enquanto cidadão brasileiro, gostaria que a lei federal fosse preservada para o benefício público, e não apenas para o interesse de algum grupo. Encerrando, disse que para benefício das comunidades do entorno, falou que gostaria de uma continuação da revitalização da beira-mar em torno de toda orla englobando a Ponta do Coral, o que seria, segundo ele, o parque para a comunidade. Em seguida, manifestou-se o **senhor Keller Dal Bó** que fez a leitura de um manifesto intitulado A Ponta do Coral é de Todos. De acordo com tal documento, há 31 anos se discutia o uso do local. Disse que à época, ele tinha 5 anos e até hoje não usufruiu de nada da Ponta do Coral. Falou que as forças públicas não tinham projeto para o local ou não tinham dinheiro para que algo fosse feito. Parabenizou a arquiteta que apresentou um projeto e disse respeitar as entidades que se manifestaram contra, mas, no entanto, questionou quantos anos mais seriam necessários esperar para que se pudesse usar algo que estava em progressivo processo de degradação. Contou que tinha três filhos e indagou se eles iriam poder desfrutar da maravilha desenhada por Deus. Mencionou que não era possível ficar ouvindo aqueles que até o momento não exigiram que o local fosse mantido e que somente se levantavam quando uma empresa local desejava realizar um projeto. Falou que não havia como comparar o projeto maravilhoso que foi apresentado com um ancoradouro de navios que somente levavam as riquezas deixando óleo na água. Encerrou questionando se todos iriam ficar esperando que algum gringo viesse até a Ponta e se enriquecesse às custas do que era do povo. Depois, fez uso da palavra a **senhora Albertina Rosso, representando a ONG Anitas Libertas** que, depois de cumprimentar a todos falou que não seria nem um empreendedor nem um político omissos que iria colocar a população uma contra a outra. Disse que

o povo deu uma procuração pública para os políticos resolverem a questão fazendo o plano diretor, mas que, por ela, seria declarada a moratória para aquela área por cinquenta anos, para que as futuras gerações decidissem o que queriam fazer. Solicitou que fossem passadas no telão algumas imagens. Disse que do lado da Ponta do Coral havia um recife questionando como seria construída uma obra com tamanha magnitude a qual iria impactar todo o manguezal que era um patrimônio tombado. Por isso, julgou importante a população decidir a questão sobre aquele paraíso ambiental considerado o maior parque manguezal da bacia hidrográfica de Florianópolis, podendo ser um pólo turístico e cultural da humanidade. Falou que aquele projeto magnânimo poderia ser construído no aterro do outro lado da cidade ou em qualquer outro espaço. Afirmou que a Anitas não iria entrar naquele jogo e que os políticos tinham que ter competência para resolver aquela questão. Por último, disse que a Hantei deveria perder a esperança porque não havia lei que amparasse o projeto. Na sequência, falou a **senhora Míriam Santini de Abreu, jornalista**. Iniciou falando que tem acompanhado a discussão pela mídia, principalmente por meio da RBS. Lembrou uma fala do geógrafo Milton Santos segundo a qual a classe média brasileira nunca reivindicava direitos e sempre quis privilégios. Disse que não iria debater sobre o projeto da Hantei porque achava que o debate era sobre privilégios, sobre direito da cidade, sobre projetos em disputa. Dirigindo-se a um orador anterior, questionou o porquê de ele se contentar em apenas olhar um transatlântico sabendo que há dois projetos e posições contrárias na audiência e também por que seria importante para ele ver um transatlântico. Falou sobre o Costão Golf, o Costão do Santinho e o Shopping Iguatemi afirmando que tais projetos se concretizaram por causa de privilégios que o empresário Fernando Marcondes de Mattos conseguiu para que a lei municipal fosse alterada para permitir a construção do Costão Golf. Questionou se a compensação ambiental bastava para os moradores da Agrônômica e se isso não era política para pobre, em vez de uma política pública para todo cidadão. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Manoel Doria, arquiteto**. Disse ser um dos arquitetos do empreendimento e sobre o projeto, disse que ele era todo embasado na lei e que a arquitetura e o urbanismo eram fundamentais para as diretrizes e desenvolvimento de uma cidade. Falou que foi aluno do professor Lino e que a universidade tinha um papel importantíssimo na criação e na orientação dos alunos, e não no direcionamento de uma postura política. Por isso, considerou fundamental que os alunos de arquitetura desenvolvessem a criatividade, porque a prática iria fazer com que ela fosse utilizada. Também sobre o projeto, disse que a prioridade era a beleza natural, os pescadores e os equipamentos modernos para a malha urbana e que a arquitetura tinha que ser moderna, representativa e transformadora. Segundo ele, todo o complexo envolvia marina, parque, vias de acesso, vila dos pescadores, praças, e hotel, e o projeto era permeável e iria fazer com que a comunidade tivesse acesso à Ponta do Coral com qualidade e segurança. Ao final, deu mais detalhes sobre a arquitetura diferenciada do projeto revelando que ele iria ser um ícone para a cidade. O **senhor Carlos Roberto Guzzo da Cruz** falou que se o projeto fosse tão bom como afirmou o orador anterior, não estaria causando tanta polêmica. Disse que o momento não era de competição, mas sim de pensar melhor a cidade. Considerou óbvio que a cidade necessitava de mais áreas públicas de lazer do que empreendimentos de concreto. Por fim, falou que se a Hantei gostasse tanto da cidade deveria fazer um parque público, uma marina pública em outro local de menor impacto socioambiental. O **senhor Almir Gentil** parabenizou a Deputada Angela pela audiência. Falou que entre o tudo e o nada existia um caminho extenso e que quem optasse por um deles como a única coisa possível, abria caminho para o radicalismo. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] Disse que observou na audiência algo que julgou muito ruim que foi a tentativa de se defender o inimigo em comum. Falou que Florianópolis precisava ser entendida como um todo e que em nenhum lugar do mundo o Poder Público conseguia dar conta de todas as demandas da sociedade. Comentou não ter escutado em nenhum momento da audiência que se pretendia fazer algo ilegal, mas que a Hantei colocaria técnicos e tentaria aprovar cada etapa do projeto. A respeito do parque que um grupo de pessoas almeja para o local, disse que era aquilo que a Hantei estava oferecendo, ou seja, um parque construído com dinheiro privado, e foi aplaudido por todos. Citou o *triple bottom line* (tripé de sustentabilidade) e afirmou que só era possível a sociedade crescer quando houvesse resultado econômico, ambiental e social, e foi novamente aplaudido. Observou que a Hantei queria fazer um projeto com a fiscalização da população com relação à questão ambiental, acrescentando que o Poder Público não tinha dinheiro para custear um parque na Ponta do Coral ou em qualquer outro lugar e que a Hantei estava

dando aquilo de presente para a cidade. Fazendo uso da palavra o **senhor Paulo Douglas, diretor do Instituto Mangue Vivo**, falou que o Instituto Mangue Vivo estava havia quatro meses fazendo estudos e monitoramentos para identificar a real situação do manguezal do Itacorubi, adiantando que ficariam no local por mais seis meses, apoiados pelo Ministério Público e com recursos do Fundo de Recuperação de Bens Lesados. Contou que após os primeiros imageamentos feitos nos últimos dois meses, fazendo o geoprocessamento com imagens de satélite atualizadas de 1938 até os dias de hoje, identificaram que o manguezal do Itacorubi havia crescido cerca de 100 metros mar adentro. Explicou que o manguezal era agressivo e sobrevivia da falta de saneamento, avaliando que talvez nem fosse necessário o pretendido aterro da região da Ponta do Coral porque a própria falta de saneamento da região da baía do Itacorubi iria cuidar daquilo. Falou que a falta de consciência com a questão do saneamento era a causa de a situação estar daquela forma, acrescentando que a Ponta do Coral já estava aterrada havia muito tempo e que não seria um empreendimento como o da Hantei ou qualquer outro que iria resolver o problema se não fizessem o saneamento da região. Frisou que o manguezal do Itacorubi estava morrendo drasticamente e que um empreendimento com aterro de 30 mil metros iria transformar toda a região em um Piscinão de Ramos, em um aterro como já estava se transformando o manguezal da Daniela, que também estava crescendo drasticamente. Advertiu que quando se pensava em fazer um aterro de 30 mil metros era também necessário pensar no que se tinha em termos de saneamento na baía do manguezal do Itacorubi. Em seguida, parabenizou a Hantei por ter conseguido reunir tantas pessoas em uma audiência pública como aquela para discutirem aquele ecossistema em um projeto tão polêmico. Afirmou gostar da ideia de um concurso de projetos depois que a viabilidade do empreendimento fosse discutida, ponderando que precisavam ter a consciência de fazer alguma coisa na Ponta do Coral e acrescentando que não concordava em deixar toda a área para quinze ou vinte pescadores que moravam no local havia 50 anos ou mais. Observou que se era para o local ser público deviam transformá-lo em público e que não podiam simplesmente defender a ideia de não fazer coisa alguma, sem deixar que um empreendedor tomasse a providência de fazer algo pela região. Na sequência, a palavra foi passada ao **senhor Helio Cesar Bairros, presidente do Sinduscon**, que saudou todos e disse não ver nenhum esgarçamento da discussão porque o que todos debatiam ali era uma coisa apenas: queriam praça, transporte coletivo, segurança, creche e saúde, salientando que era aquilo que estava em discussão por trás daquele maravilhoso projeto e ponderando que Florianópolis precisava de um diferencial para enfrentar aquele momento em que o mundo estava pegando fogo e os países quebrando. Afirmou que, enquanto aquilo ocorria, Florianópolis possuía alguém investindo e apostando na cidade, gerando emprego, renda e recursos para o Poder Público. Disse que não havia como a iniciativa privada fazer praças se o Poder Público não concedesse, complementando que as praças estavam sendo terceirizadas porque o Poder Público não tinha mais dinheiro. Observou que o projeto estava sendo conduzido pela Hantei com todo o cuidado e com todas as licenças porque aquela área era um ícone da cidade e merecia um projeto que a honrasse e tornasse a cidade mais bonita e mais atrativa para os turistas. Avaliou que todos falavam que Florianópolis era uma cidade turística, e que não havia empreendimentos turísticos para trazer o turista com poder de compra, de investimento e de gasto para gerar empregos. Disse acreditar que as lideranças comunitárias iriam poder acompanhar o projeto por uma questão de transparência, complementando que não fariam um projeto com uma visibilidade extraordinária, um elefante branco, um monstro que poderia comprometer a sustentabilidade, os negócios e os empregos que tanto queriam. Parabenizou todos os que compareceram à audiência e a forma como participaram, com urbanidade e respeito, e foi aplaudido. Prosseguindo, a **senhora Denise de Siqueira, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB e do Floripa Acessível**, cumprimentou os presentes e parabenizou a Deputada Angela Albino pela iniciativa. Disse ter ficado impressionada com algumas colocações que ouviu e afirmou preocupar-se com o discurso da comisseração e pobreza do ente público, de um lado, e da riqueza das entidades privadas, de outro, e foi aplaudida. Lembrou que, segundo a lógica do mundo capitalista em que se vivia, o órgão privado tinha o fim do lucro enquanto o órgão público tinha o fim social com a prerrogativa de cuidar da vida dos cidadãos. Falou ter ficado chocada com o discurso do morador da comunidade que disse satisfazer-se em ver um transatlântico, e observou que se precisava pensar em uma política para todos, que permitisse a proximidade e igualdade de condições sociais entre as pessoas, e não uma política para ricos e outra para pobres, como estava

percebendo nos discursos daquela audiência. Analisou que se iria criar um lugar maravilhoso na beira do mar, onde o rico pagaria para viver e para onde o pobre poderia ir um pouquinho para trabalhar como empregado do rico, e foi aplaudida. Dirigindo-se à plenária, disse que as pessoas deveriam pensar com mais carinho no futuro dos seus filhos e que deveriam desejar para eles mais do que trabalhar como empregados dos ricos, limpando a privada das suas casas, justificando que aquele seria o tipo de emprego oferecido, momento em que foi aplaudida por uns e vaiada por outros. Fazendo uso da palavra, o **senhor Wenceslau Jerônimo Diotallévy, engenheiro do Deinfra à disposição da SC Par**, mencionou sempre ter tido a oportunidade de participar das maiores obras de Florianópolis e de Santa Catarina, mas que nunca havia visto em nenhuma delas tamanho cuidado como estava percebendo no empreendimento da Ponta do Coral. Avaliou que se tivesse recursos para fazer um empreendimento em Florianópolis convidaria o senhor Aragão para cuidar da parte de sanitário do projeto, pois ele era a maior autoridade do Brasil e talvez até da América do Sul naquelas questões, explicando que tudo o que existia a respeito de sanitário e águas partia de sua equipe. Acrescentou que também convidaria o geólogo Cícero e o senhor Aliator, que brilhou a frente da Caixa Econômica Federal em vários projetos, inclusive no da Via Expressa Sul. Deixou claro que a equipe técnica que estava cuidando do projeto era admirável e confiável e que não acreditava que aquelas pessoas se subjugassem ao poder do dinheiro. Comentou ter participado de alguns projetos em que houve a melhoria das áreas, como o de Balneário Camboriú, avaliando que a região do Marambaia era abandonada, com muita prostituição e drogas e que a participação pública e privada fez com que toda a região fosse revitalizada e restaurada. Despediu-se tranquilizando todos com relação ao empreendimento e à competência daqueles que o encabeçavam, e foi aplaudido. Em seguida, o **senhor Moises Liz, arquiteto**, contou ter escrito havia vinte dias um depoimento e enviado ao jornalista Cacau Menezes para publicar na sua coluna, mas que ele não o publicou. Falou que naquele depoimento mencionava um professor seu de Teoria de Arquitetura que dizia que a melhor arquitetura era a não arquitetura, e foi aplaudido. Explicou que aquilo significava que a natureza era o principal e tinha mais valor que a arquitetura mais maravilhosa do mundo. Afirmou trabalhar desde 1960 e ser um arquiteto com bastante experiência, acrescentando que a Ponta do Coral representava o último patrimônio urbano com desenho natural e que merecia ser preservada como um bem natural. Observou que a paisagem era um bem de todos, não era propriedade privada, e que faltava boa vontade tanto dos empreendedores como dos políticos para transformarem aquela área num parque público, sem grandes custos, citando o parque de Coqueiros como exemplo. Reiterou que se houvesse boa vontade entre o Poder Público e os empreendedores, o Poder Público usaria a lei de transferência do índice e avaliaria quantos metros quadrados a Hantei teria direito de construir, acrescentando que daquela forma qualquer pessoa poderia apresentar o terreno ao Poder Público e construir na área, sem ônus para o Estado e para o Município. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Ato contínuo a palavra foi concedida ao **senhor Murilo Silva**, disse que disse que em seu pronunciamento anterior estava falando como assessor do Deputado e que naquele momento iria falar como morador da Agrônômica, nascido naquele bairro há 47 anos e membro da primeira associação dos moradores após a ditadura militar. Contou que mais para frente havia uma área três vezes maior que a Ponta do Coral, na qual havia feira pública, campo de futebol e a sede da associação dos moradores, e que era uma área condenada à iniciativa privada e que quando houve o aterramento da Beira-Mar aqueles acrescidos ficaram à disposição da especulação imobiliária, mas que os moradores da Agrônômica, inclusive ele, tinham colocado toras de eucalipto ao longo daquela área para que nenhum caminhão ou automóvel de passeio por lá passassem. Lembrou que a cidade de Florianópolis tinha muitas histórias de ocupações tanto de pessoas carentes quanto de pessoas com posses. Afirmou que quando derrubaram as árvores; quando levantaram o muro; quando impediram o acesso da população e quando aquela área foi abandonada, a Ponta do Coral se transformou num local em que ele próprio não levaria o filho. Relatou que a Hantei estava cumprindo o seu papel de construtora, e destacou que a venda da Ponta do Coral era um ato nulo e que não havia passado pela Assembleia Legislativa, que foi por via de decreto; que a Hantei tinha direito de ação, de regresso, contra a empresa que lhe vendeu. Em seguida foi concedida a palavra ao **senhor Renato Miranda**, que desejou boa-noite a todos e parabenizou a Deputada Angela Albino pela iniciativa. Comunicou que era freqüentador assíduo de audiências públicas, principalmente daquelas que envolviam decisões e que tinham relações fortes com as questões ambientais e afirmou que aquela audiência

pública era uma das mais ricas e uma das mais válidas. Perguntou aos moradores da Agrônômica o que conheciam sobre o projeto, e disse que ninguém o conhecia até aquele momento e que tinham apenas promessas e que não havia nenhuma expectativa de como iria ser realizado o processo. Perguntou para o arquiteto quanto tempo levaria para levantar o espião que ele queria fazer. Acrescentou que achava estranho as pessoas se sensibilizarem com promessas. Disse ainda que era necessário as pessoas não engolirem o discurso que o Poder Público e a Prefeitura estavam fazendo dizendo que não tinham dinheiro, porque aquilo dava margem para a Prefeitura conceder privilégio, como aqueles que estavam sendo concedidos ao Sinduscon e a empresa Hantei. Disse que era bem provável que se passasse por cima das ilegalidades que foram supostamente trazidas à tona naquela audiência, e que o histórico do terreno era muito confuso; que ninguém sabia como havia sido realizada a venda; que havia muita coisa obscura. Disse ainda que apenas sabiam de promessas e que a Prefeitura queria dar privilégios a uma empresa privada. Anunciou que respeitava a empresa, que era de Florianópolis, mas não que gostava do seu estilo arquitetônico, que eram espiões. afirmou que arquiteto tinha mania de colocar suas obras bem a vista para mostrar, sobrepondo a beleza natural. Finalizando, pediu que os moradores da Agrônômica refletissem em relação ao projeto, além das promessas. Em seguida, foi concedida a palavra ao **senhor Luciano de Souza**, que inicialmente disse que morava no Morro da Mariquinha e que Deus estava atrás de pessoas de boa vontade e com conhecimento, mas que aquele conhecimento se dava através da exploração do planeta. Isto posto, comentou que se alguém quisesse adquirir conhecimento era obrigado a explorar com consciência o Planeta, complementando que aterrar era complicado porque agredia o mar. afirmou que era a favor do projeto. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **senhor Marcos Saes, advogado e da equipe do empreendimento**, que após cumprimentar os presentes parabenizou a Deputada Angela Albino pela iniciativa da audiência pública. Disse que a venda do imóvel era legal e estava à disposição do gabinete para discutirem e aprofundarem os estudos. Disse que o que era exigido naquela época era um decreto autorizativo; que a Lei nº 5.704 vigente era a de 1980, e que em seu artigo terceiro, parágrafo terceiro previa exatamente aquilo. Com relação ao licenciamento ambiental e às demais questões de legalidade, informou que todo o empreendimento devidamente licenciado seguia um trâmite legal, e que em um estudo sobre o impacto ambiental havia um capítulo jurídico que estava sendo seguido; que há uma farta legislação no Brasil que regulamentava tudo aquilo, mas que ainda não tinha sido sequer protocolado o EIA-RIMA e a primeira fase de licença prévia que dava a viabilidade ambiental do empreendimento. afirmou que as contribuições levantadas seriam levadas em consideração pela equipe técnica e pelo empreendedor e agradeceu por elas. Destacou que foram aos órgãos ambientais, tais como o Ibama, o ICMBio, a Fatma e a Floram; que solicitaram uma reunião com o Ministério Público Federal; que apresentaram o projeto e estavam presentes os órgãos citados; que foram ao SPU e que sabiam a sistemática para requerer o aterro. Finalizou, colocando-se à disposição para conversar e realizar um debate construtivo. Em seguida, foi concedida a palavra à **senhora Isolde Espíndola, superintendente do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina**, que afirmou que a discussão era importante e que gostaria de esclarecer e de fazer uma reflexão. Comentou que o patrimônio público cuidava do imóvel e que como público teria três funções principais, tais como cuidar da questão ambiental, que era o responsável pela entrega das futuras gerações daquele patrimônio público; que a terra tivesse função social; que ajudasse no desenvolvimento sustentável. Dito isto, explicou que como imóvel público teria que atender o interesse público e citou como exemplo a Ponta do Leal, no Estreito, que havia interesse particular e público daquelas pessoas que precisavam das suas residências. Contou que o patrimônio tinha que seguir o que a legislação lhe permitia, informando que a Hantei estava inscrita corretamente e poderia fazer aquilo lá, mas que só iriam autorizar a empresa a construir a marina se houvesse óbice ambiental porque não poderiam autorizar a construção de uma obra que fosse degradar o meio ambiente. Informou que não estariam discutindo o uso do solo se não mudado o zoneamento porque quem determinava o que iria ser usado ali era a administração municipal. afirmou que o que estava em jogo era saber se aquela era a melhor área e concordou que Florianópolis precisava de hotéis, mas que tinha que se ver em qual área construir aquele tipo de empreendimento. Disse aos moradores do bairro da Agrônômica que ainda havia área pública, que não era tudo da Hantei, e que há anos estava prometido fazer uma praça e que até o momento não haviam feito. Acrescentou a isso que a culpa era da própria comunidade que não cobrava aquilo; que era a

Prefeitura que deveria construir a praça e não a Hantei. [*Taquigrafa: Revisora: Dulce Maria da Costa*] Enfatizou que aquela área era importante para Hantei, mas a comunidade também considerava a área importante para ela, porque não iria frequentar o hotel e nem a marina e sim praças e parques que eram públicas. Explicou que o devido as duas coisas terem se misturado, o processo de patrimônio parou, e sugeriu que separassem bem as duas coisas. Disse que era possível discutir uma compensação e afirmou que a Hantei tinha outras construções em outras áreas, e sugeriu que discutisse com a Prefeitura e levasse o seu índice para outras áreas, momento em que foi aplaudida pela plenária. Reiterou que era cheia de construção em outras áreas e que aquela era a discussão que tinha que ser feita. Disse que se estava tudo dentro da legalidade ela não podia dizer que não podia fazer e que cabia à comunidade ir à Câmara discutir e ver a destinação, observando que era importante ouvir as duas partes porque era um bem público. Explicou que quando uma pessoa tinha uma ocupação, precária ou não, se tinha interesse público de lá fazer uma creche, de lá construir uma escola porque o Município precisava, muitas vezes encerram uma inscrição enfatizando que o privado não tinha prioridade em cima do interesse público nas áreas da União, no que foi aplaudida pela plenária. Disse que nada custava política e socialmente discutir a área. Questionou como que todo o resto da Beira-Mar a Prefeitura fez e arrumou com dinheiro próprio. afirmou que não podia haver o mau entendimento do que era público e o que era privado nas áreas da União que eram públicas. Lembrou que trazendo tudo correto iria ter o seu direito na sua parte privada e que não poderia se misturar com a parte pública. Disse que a comunidade tinha que dizer para a Prefeitura que queria fazer uma praça e que a Prefeitura tinha um jeito de fazer por concessão, se não tivesse dinheiro, e afirmou que não era essencial que a Hantei estivesse lá para fazer a praça. Enfatizou que para fazer a praça dever-se-ia evitar aterro, porque ninguém conseguiria avaliar o tanto de aterro que já houve naquela Ilha e quais as consequências daquilo. Lembrou que a praia da Armação e tantas outras estavam sendo perdidas. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Ângela Albino**, comentou que vivenciava na Cidade uma crescente demanda por diálogo e que teriam que se acostumar a ele já que o reivindicavam tão correta e incisivamente. Isso posto, disse que o diálogo exigia que se ouvisse as divergências para se construir um consenso e não achar que se digladiando iriam construir alguma coisa. Assim sendo, observou que era a única Deputada presente e não tinham quórum da Comissão para deliberações, para que a audiência pública e seus encaminhamentos não fossem perdidos. Sendo assim, propôs que a ata da audiência fosse remetidas a todos os órgãos e a todas as entidades que se fizeram presentes para que todos conheçam mutuamente as opiniões debatidas ali; que daria uma semana de prazo para que fossem remetidos àquela Comissão os encaminhamentos decorrentes daquela audiência. Reiterou que não poderiam deliberar no dia em curso em função do quórum, explicitando que a audiência tinha exatamente a função de ouvir e criar um espaço de discussão comum. A seguir, desculpou-se pelas inúmeras vezes que pediu silêncio, e que provavelmente foi antipática com muitos ali, justificando que era pela necessidade de ouvir o maior número possível de pessoas para chegar a algum lugar. Observou que tinha convicção que não era na Assembleia Legislativa que iriam finalizar o debate. Disse a grande ausência naquela audiência foi o da Câmara de Vereadores de Florianópolis, tendo em vista que a discussão, já em 2005, perpassou a Câmara de Vereadores. Reiterou os encaminhamentos anteriormente citados e disse que a Comissão comunicaria previamente a data que iria se reunir para deliberar sobre os encaminhamentos que oriundos daquela audiência. Na sequência, o **senhor Loureci Ribeiro**, colocou que, como representante na mesa denominador daquela audiência pública, queria fazer algumas considerações acerca daquilo. Observou que estavam fazendo exercício de um instrumento chamado audiência pública, vinculado a construção da Cidade, o qual, em princípio, não exigia maioria dos Deputados da Comissão de Legislação Participativa e tinha autonomia em relação às discussões feitas, complementando que aquilo não era uma reunião da Comissão e que não precisava de anuência para tanto. Ressaltou que aquele era o princípio básico do Estatuto da Cidade e que a autonomia daquele ente ali poderia ser convalidada ou não, que a Comissão poderia dar ou não o aval entre os seus Pares, mas nunca a Comissão poderia vir a fazer uma síntese daquilo ali e afirmou que era um equívoco, no que diz respeito ao processo participativo legislativo. Assim sendo, disse que não estavam se submetendo ao aval da Comissão e sim àquele aval, porque entendiam que audiência pública era um instrumento legislativo de articulação política, que ela não era positiva na lei e que ela buscava na realidade orientar os Pares políticos e a sociedade civil na busca de um rearranjo. afirmou que ninguém

podia sair daquele contato dizendo que estava homologada a sua posição. Momento em que foi interrompido pela **senhora Presidenta, Deputada Estadual Ângela Albino**, que solicitou que ele fizesse o encaminhamento sob pena de lhe cortar a palavra, ao que o **senhor Loureçil Ribeiro**, retrucou dizendo que não estava entendendo a intolerância da Deputada quanto à sua fala. A seguir, sugeriu como encaminhamento que na ata da audiência constasse o que estava ali, naquele dia, que nenhum documento a mais se acrescentaria à ata da audiência que se encerrava ali, quando terminados os trabalhos. Disse que encaminhavam para que de fato tivesse uma audiência pública em Florianópolis. Comunicou aos presentes que o movimento vinculado à Defesa da Ponta do Coral iria construir um projeto de lei de iniciativa popular para que não somente a Ponta do Coral, mas também a Ponta do Lessa e a Ponta do Goulart se constituíssem num território de um parque municipal cultural vinculado ao lazer, ao turismo, à promoção da pesca e da maricultura, do artesanato, da cultura local; que estariam deflagrando aquele processo a partir do mês de dezembro com uma perspectiva de conceito de uso daquela área. Continuando disse que também fariam uma ação de inconstitucionalidade, que era competência dele fazer, contra os atores políticos que aprovaram aquela lei e, mais do que isso, contra aqueles que forem coniventes com a improbidade administrativa, também seriam processados. Prosseguindo, disse que fariam outra ressalva com relação aos recursos públicos da Prefeitura no sentido de que não existiam e que havia de se fazer uma devassa, dos principais devedores municipais de recursos públicos, entre os quais o Costão do Santinho, que tinha uma citação de R\$ 5 milhões que eles não pagavam; era proposta de encaminhamento. A **senhora Presidenta**, o interrompeu pedindo que se ativesse ao encaminhamento, caso contrário mandaria cortar a fala dele, porque não era uma nova intervenção. O **senhor Loureçil Ribeiro**, novamente retruca dizendo que a senhora Isolde usou o tempo de encaminhamento, sendo que a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Ângela Albino**, respondeu que se ele quisesse poderia fazer qualquer moção contra a mesa, inclusive como encaminhamento. A seguir, o **senhor Loureçil Ribeiro**, propôs como encaminhamento, conforme já tinha conversado, buscar costurar, a partir dos encaminhamentos, que o Município se manifestasse, tanto a Prefeitura quanto a Câmara de Vereadores, a respeito do assunto, assim como os órgãos demandados para virem à audiência pública. Finalizou dizendo que era aquele o encaminhamento que tinha a fazer. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Ângela Albino**, disse que no encaminhamento que a mesa havia dado não tinha contradição nenhuma. Reiterou que a Comissão iria mandar cópia da ata a todas as entidades que se registraram para que todos tivessem pleno domínio do que foi falado ali. Disse que a mesa iria abrir o prazo de uma semana para receber encaminhamentos referentes àquela audiência, já que muitos não foram ouvidos. Clareou que a mesa estava fazendo um esforço para democratizar ainda mais o debate, desde que ele se concentrasse no âmbito da discussão que foi feita ali, e que, embora quisessem que a audiência fosse deliberativa, não o era, nas regras da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e estava seguindo estritamente o Regimento da Alesc. Continuando, frisou que estavam ampliando a possibilidade de apresentarem propostas que estiveram ali, mas que no curso da noite, em função do tempo, não foram debatidas. Reiterou que a Comissão avisaria a data da reunião previamente para que ninguém pensasse que haviam dado outra forma de encaminhamento que não a que foi tratada ali e garantiu que encaminharia cópia da ata. A seguir, rememorou que a grande ausência naquela noite era a Câmara de Vereadores de Florianópolis, que precisava dar um trato àquele debate, e que achava que era no âmbito da Comissão de Legislação Participativa que precisavam reunir os contrários. Observou que não buscava ter a maior torcida, e como avaiava que era sabia das dificuldades das torcidas ultimamente. Registrou que não estavam ali para defender uma posição, e sim para ouvir todas as posições, advertindo que a Cidade precisava aprender a dialogar e a aprender a construir consenso com tranquilidade. Afirmou ainda que o esforço que a Comissão estava fazendo não era o de agradar a cada um que estava ali, mas viabilizar o debate que era o que todos precisavam, explicando que quando abriu prazo para os encaminhamentos era nos limites estritos daquela discussão. Isto posto, agradeceu a presença de todos que estavam ali até àquela hora para discutir sobre um pedaço importante da Cidade, para discutir onde ela iria, e que para aquilo era preciso encontrar e ter algum espaço de interlocução, porque não adiantava mais continuar medido força indefinidamente. Enfatizou que aquele tinha sido o esforço da audiência, e pediu ao senhor Aliator Silveira que observasse o que a mesa colocou, ou seja, que no prazo de uma semana receberiam os encaminhamentos que seriam analisados e submetidos à

votação no âmbito da Comissão, perguntando se poderia ser assim, ao que o senhor Aliator Silveira respondeu que absolutamente não, e, por isso, pediu dois minutos para fazer as suas considerações, no que foi atendido pela Presidenta. O **senhor Aliator Silveira**, agradeceu a oportunidade e parabenizou a Deputada pela audiência e comentou que de forma alguma tomariam como ameaça e nem ameaçariam qualquer fase do processo, qualquer poder instituído ou que fosse criado para acompanhar os licenciamentos, observando que nenhum deles era multifacetado que respondia isoladamente por todas as áreas. Relembrou que, como disse no início, eram 32 técnicos e profissionais que estavam humildemente à disposição de todos para, em qualquer momento e em qualquer lugar que precisassem, debater sobre a Ponta do Coral e analisar todas as fases de validação do licenciamento ambiental. Enfatizou que acreditavam em todos e não descreditavam de ninguém e que inclusive estavam dispostos a conversar, adaptar e adequar o que fosse necessário. Agradeceu a todos pela paciência. Prosseguindo, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Ângela Albino**, disse que teriam que chegar a um acordo mínimo ali e reiterou os encaminhamentos que a mesa já havia feito. Agradeceu ao senhor Lino por abrir mão de sua fala e agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.]

DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO
PRESIDENTA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NOS SETORES DE ATENDIMENTO À SAÚDE.

DATA: 26/06/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de junho de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 13 de junho de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenadora de Licitações

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1019, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva, a contar de 12 de junho de 2012.

Matrícula	Nome	Cargo
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	PL/GAB-67
3461	FABRICIO DE SOUZA FARIAS	PL/GAB-61
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-61
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-60
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-60
4028	ALACIR CARDOSO	PL/GAB-42
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-64
4835	GUILHERME MONDARDO JUNIOR	PL/GAB-34
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-71
5716	LUIZA KOCH VIRGINIO	PL/GAB-39
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	PL/GAB-67
5912	JOAO LUIZ GOMES	PL/GAB-23
5915	ALEXANDRE REZENDE PEREIRA	PL/GAB-33
5950	ANA PAULA LUCYK	PL/GAB-33

6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	PL/GAB-37
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	PL/GAB-22
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-36
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-61
6555	DILIENE DE SÁ SOUZA	PL/GAB-35
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-59
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1020, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva a contar de 12 de junho de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1282	RICHARD SILVA
1386	LIANA VALESCA FURTADO TOURNIER BIANCHI
1585	VANEO NIEHUES
1603	ADEMAR BERTAN
2159	VILSON JOSE FLORIANO
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1021, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor ADEMAR BERTAN, matrícula nº 1603, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Sandro Daumiro da Silva, a contar de 12 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1022, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Jean Kuhlmann para o gabinete do Deputado Valter José Gallina, a contar de 12 de junho de 2012.

Matrícula	Nome	Cargo
4541	ATILA ZILLI SEEMANN	PL/GAB-33
5207	JOSE SELESIO ORLANDI	PL/GAB-37
5222	CARLOS EDUARDO BORBA	PL/GAB-37
5588	RAULINO SCHUTZE	PL/GAB-37
5630	JORGE HENRIQUE BORGES NEVES	PL/GAB-95
5632	VALTER DOS SANTOS	PL/GAB-37
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	PL/GAB-35
6053	EDUARDO RINNERT SCHULZE	PL/GAB-37
9144	VILSON EICHSTADT	PL/GAB-01
6433	LUIZ CARLOS DE SOUZA	PL/GAB-94
6752	SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER	PL/GAB-70
6938	MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO	PL/GAB-53
6965	PAULO RICARDO PEREIRA	PL/GAB-40

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1023, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Jean Kuhlmann para o gabinete do Deputado Valter José Gallina a contar de 12 de junho de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
851	ALTAMIRO OSMAR KOERICH
9204	UBIRAJARA MARTINS FLORES

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1024, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de junho de 2012, **tornando sem efeito** a Portaria Nº 1000 de 11 de junho de 2012.

Gab. Dep. Reno Caramori

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7029	WALTER PAULO PEGORARO	BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1025, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa** a contar de 01 de junho de 2012, **tornando sem efeito** a Portaria Nº 992 de 06 de junho de 2012.

Gab. Dep. José Nei Alberton Ascarl

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6809	THATIANE JORGE SCHMITZ	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1026, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NADIA DE BONNA PIVA**, matrícula nº 6658, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1027, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NADIA DE BONNA PIVA, matrícula nº 6658, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1028, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARNALDO PEREIRA GARCIA**, matrícula nº 6662, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1029, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARNALDO PEREIRA GARCIA, matrícula nº 6662, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Jaguaruna).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1030, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 931, de 29 de maio de 2012, que nomeou **ALDO TOMAZ KARVAT**, matrícula nº 5968, no cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1031, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALDO TOMAZ KARVAT, matrícula nº 5968, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar - Campo Alegre).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1032, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ELIETE CARVALHO**, matrícula nº 5311, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1033, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIETE CARVALHO, matrícula nº 5311, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar - Canoinhas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1034, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ADRIANA COSTA KOERICH**, matrícula nº 4514, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1035, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADRIANA COSTA KOERICH, matrícula nº 4514, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1036, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **AMARILDA DE LOURDES LEITE PRADO**, matrícula nº 6290, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1037, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMARILDA DE LOURDES LEITE PRADO, matrícula nº 6290, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar - São Francisco do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1038, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **VITORIA REGINA MULLER SANTOS**, matrícula nº 6943, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1039, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VITORIA REGINA MULLER SANTOS, matrícula nº 6943, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de junho de 2012 (Gab Dep Antônio Aguiar - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1040, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 7002, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1041, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 7002, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1042, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ADILSON HELIO DOS SANTOS**, matrícula nº 6621, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1043, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADILSON HELIO DOS SANTOS, matrícula nº 6621, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1044, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **ALTAMIRO OSMAR KOERICH**, matrícula nº 851, do gabinete do Deputado Jean Kuhlmann para o gabinete do Deputado Valter José Gallina, a contar de 12 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1045, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, MATRÍCULA Nº 1571, DO QUADRO DE PESSOAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, que se encontra em licença saúde, por 30 dias, a contar de 31 de maio de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1046, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTÓDIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, QUE SE ENCONTRA SUBSTITUINDO A COORDENADORA DE EXPEDIENTE, por 30 (trinta) dias, a contar de 31 de maio de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1047, de 13 de junho de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 020/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
2016	Carlos Henrique Monguilhott	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Hélio estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
1039	Victor Inácio Kist	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 213/12**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 600**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF)".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 12 de junho de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 13/06/12*

Florianópolis, 11 de maio de 2012.

Ao

Sr. Governador do Estado

JOAO RAIMUNDO COLOMBO

Exposição de Motivos SEF Nº 149/2012

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de lei "Autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e a Caixa Econômica Federal - CAIXA", no valor de R\$ 65.162.673,22, cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

O referido projeto de lei tem como objetivo figurar o Estado de Santa Catarina como garantidor na operação de crédito a ser realizada entre a CASAN e a CAIXA. Esta por sua vez, tem como finalidade, exclusivamente, assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário nos Municípios de Araquari, Forquilha, Lauro Muller e Siderópolis, a fim de beneficiar e melhorar a qualidade de vida da população daquelas localidades.

Por oportuno, ressalta-se que, os empreendimentos foram selecionados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC 2, pertencente ao Grupo 3, que atinge os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, **cujo prazo estabelecido pelo Ministério das Cidades é até 31/05/2012**

A implantação do sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário nos Municípios acima citados contribui para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, uma vez que é de fundamental importância para a expansão da infraestrutura sanitária, reduzindo o lançamento dos esgotos sanitários coletados em corpo d'água, das doenças relacionadas com a água contaminada e, conseqüentemente, dos recursos aplicados no tratamento dessas doenças, o que justifica a necessidade do tratamento desses esgotos.

Cumprindo-me esclarecer, que em face da impossibilidade de se poder utilizar a exceção contida no disposto no art. 167, inciso IV e § 40 (por não se tratar de prestação de garantia ou contragarantia à União, nem o pagamento de débitos para com esta, ou, ainda, de operação de crédito por antecipação de receita), a fonte de recursos que está sendo utilizada como garantia são as parcelas ou quotas-partes, pertencentes ao Estado de Santa Catarina, do Fundo de Participação dos Estados - FPE, previsto no art. 159, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal.

Considerando a exiguidade do prazo estabelecido pelo Ministério das Cidades no "Calendário de Seleção, Habilitação e Contratação de Operações de Crédito de Saneamento inseridas no PAC, para a concretização de toda operação (até 31/05/2012), solicita-se que a tramitação desta matéria ocorra em REGIME DE URGÊNCIA.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter a Vossa Excelência o projeto de lei, em anexo, à luz dos benefícios que seguramente a medida trará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0213.1/2012

Autoriza o Estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a constituir, em favor da Caixa Econômica Federal (CEF), garantia de cessão e/ou vinculação de parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados (FPE), nos termos do art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, destinadas ao Estado de Santa Catarina, ou de outros recursos que, de idêntica finalidade, vierem a substituí-las, no valor de até R\$ 65.162.673,22 (sessenta e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º A constituição da garantia descrita no artigo anterior destina-se exclusivamente a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário nos Municípios de Araquari, Forquilha, Lauro Müller e Siderópolis, a serem executadas por meio de contrato de financiamento a ser celebrado entre a CASAN e a CEF, com a interveniência do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Fica a CASAN autorizada a firmar compromisso com o Estado de Santa Catarina, vinculado exclusivamente à garantia prevista nesta Lei, para cessão ou vinculação de parte de suas receitas de liquidez imediata, relacionadas ao faturamento de fornecimento de água tratada, bem como de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 214/12

Institui o Dia da Fitoterapia, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina o "Dia da Fitoterapia", a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente**Sessão de 13/06/12***JUSTIFICATIVA**

Este Projeto de Lei visa instituir o Dia da Fitoterapia no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de julho.

Conceitua-se a Fitoterapia como sendo um método de tratamento caracterizado pela utilização de plantas medicinais, em suas diferentes preparações, sem a utilização de substâncias ativas isoladas.

A data escolhida, 12 julho, é uma justa homenagem à Irmã Eva Michalak, nascida no dia 12 de julho de 1912, em Massarandubinha, município de Massaranduba, Santa Catarina.

Irmã Eva pertencia à atual Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, tendo ingressado na então Companhia das Irmãs Catequistas Franciscanas, em Rodeio, SC, em junho de 1929, com 17 anos de idade, sendo que no dia 14 de janeiro de 1931, foi admitida à profissão religiosa.

Como irmã dedicou-se inicialmente ao Magistério Público Estadual, como professora, em diversas localidades do Vale do Itajaí.

Em 1957, passou a residir na Casa Mãe, em Rodeio. Faleceu no dia 31 de maio de 2007, aos 94 anos de idade. Durante 50 anos, em Rodeio, dedicou-se ao cultivo de plantas ornamentais, frutíferas e, sobretudo, medicinais. Cuidava diariamente de mais de 200 plantas medicinais e 74 árvores frutíferas plantadas próximas ao convento.

Mulher inteligente, desde cedo foi muito aplicada e estudiosa. Na falta de cursos especializados para atender às qualidades e tendências pessoais, buscou com grande esmero e persistência, em diferentes espaços, fontes diversas de pesquisa: livros, jornais, revistas, informações dadas por rádio e TV, conversas com pessoas competentes, tendo como resultado um grande acervo de informações populares e científicas que conseguiu acumular ao longo dos anos.

Transformou-se em autodidata e pesquisadora incansável. Acima de tudo, foi defensora da vida, apaixonada pelas plantas, carinhosa com a mãe terra e generosa em passar adiante suas descobertas a todos que a consultavam, entre eles médicos e estudantes de medicina. Não guardou nada para si, mas ofereceu seu vasto saber em benefício da saúde do povo. Quem conheceu Irmã Eva

Michalack no seu dia-a-dia, sabe da ternura, do carinho e amor que dedicava ao seu trabalho. Viveu em profunda comunhão com a natureza e ali encontrou espaço, ao longo de 50 anos, para concretizar sua comunhão com o Deus Criador.

Seu conhecimento chamou a atenção da Epagri - empresa governamental catarinense que cuida de pesquisa e extensão agropecuária, que publicou um livro com um pouco do conhecimento acumulado pela irmã Eva, com o título: Livro de Apontamentos Fitoterápicos de Irmã Eva Michalak, Editora 5 Continentes.

Para os nossos dias, em que a depredação e destruição da natureza são feitas sem consideração e sem medida, em que a alimentação humana se torna causa de doenças sérias e de outros prejuízos para uma vida saudável, irmã Eva nos deixa uma grande lição: a Natureza, criada por Deus pra benefício da pessoa humana, deve ser respeitada e amada e nossa alimentação deve voltar à simplicidade de outros tempos, se queremos que a VIDA, grande dom de Deus, continue em nosso planeta Terra.

Face a importância da FITOTERAPIA para a saúde humana e a justa e merecida homenagem póstuma àquela maravilhosa religiosa que dedicou a maior parte de sua vida à descoberta dos benefícios de cada planta para a cura e a prevenção de doenças, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 215/12

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 601

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 13 de junho de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/06/12

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
Florianópolis, 04 de junho de 2012.

Ao

Sr. Governador do Estado

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Exposição de Motivos SEF Nº 179/2012.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que *Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para atender ao Programa Acelera Santa Catarina*, cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

A referida operação será realizada no âmbito das negociações com o Governo Federal decorrentes da aprovação da Resolução do Senado Federal nº 13 (compensações às perdas de ICMS decorrentes da Proposta de Resolução do Senado - PRS nº 72/2010), terá condições diferenciadas dos demais empréstimos obtidos junto ao BNDES, com juros de 0,8% mais TJLP, carência de 4 anos e prazo de amortização de 18 anos, e se destina, prioritariamente, a atender projetos para 4 (quatro) finalidades específicas, quais sejam:

I - PROGRAMA SAÚDE MAIS PERTO DE VOCE

O Estado de Santa Catarina possui 6.248.4361 habitantes o que implica em necessidade de oferta de serviços na área da saúde, cuja responsabilidade é do Poder Público. Assim, faz-se imprescindível uma organização dos serviços em uma lógica universalista e equitativa.

Os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS estabelecem a universalização do direito à saúde com a descentralização, levando assistência integral e maior resolutividade na medida em que for necessário o atendimento. Portanto, podendo ser aplicado a Santa Catarina, na qual possui necessidades diferenciadas e particulares de cada região.

Atualmente, a rede hospitalar do Estado conta com 18 (dezoito) unidades administrativas, sendo 14 (quatorze) com

administração direta e 4 (quatro) por intermédio de Organizações Sociais. Essa rede necessita, urgentemente, de implantação de policlínicas (centros especializados de atendimentos em serviços de consultas e exames), de melhorias das instalações e também de recuperação da estrutura existente, que é antiga, deteriorada e sobrecarregada.

Além disso, a parceria com a rede hospitalar filantrópica é fundamental para que sejam oferecidos serviços com abrangência em todo o Estado. Esses hospitais permitem que a oferta de serviços e internações se aproxime do usuário, conforme a assistência em saúde de que ele necessita.

A modernização do parque tecnológico é de fundamental importância para que o usuário não necessite de grandes deslocamentos em busca de atendimento, retirando-os das estradas e da "ambulancioterapia", que causa desconforto ao paciente com a saúde debilitada.

Portanto, os investimentos na ampliação e modernização são fundamentais para garantir direito fundamental do cidadão catarinense, a saúde.

II- COMPLEXOS PENITENCIÁRIOS E SOCIOEDUCATIVOS

Trata-se de obras de maior envergadura, consideradas prioritárias para melhoria do sistema penitenciário e socioeducativo do Estado de Santa Catarina. Em Dez/2005, a população do sistema penitenciário do Estado era de 9.570, para uma capacidade instalada de 7.148 vagas. Hoje conta com 16.669 presos, nos regimes fechado, semiaberto, aberto, provisórios e em medida de segurança, para uma capacidade instalada de 10.446 vagas. Observa-se que, embora tenha havido um crescimento na oferta de vagas da ordem de 46,14%, a população carcerária cresceu em 74,18%.

III - PROGRAMA PACTO SOCIAL - SANTA CATARINA

O Estado possui defasagem histórica em investimentos na área de assistência social, na qual sobrevieram prioridades em iniciativas na área da habitação popular, de qualidade profissional para o emprego e a renda e da segurança alimentar.

Dentre as prioridades destacam-se:

- Construção de Centros de Referência de Assistência - CRAS;
- Construções de Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
- Construção de Centros Dia (Prevenção a Internação em Instituições de Longa Permanência - ILPIS);
- Construções de casas em zonas rurais para doação aos agricultores de baixa renda;
- Construção de módulos sanitários, reformas em imóveis construídos, aquisições de máquinas, equipamentos e móveis.

IV - PROGRAMA LOGÍSTICA E MOBILIDADE REGIONAL

As rodovias catarinenses são fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico e social equilibrado do Estado, com base na diversificação regional das atividades econômicas, caracterizando o que usualmente passou a ser chamado de "modelo catarinense de desenvolvimento" Elas se constituem nas vias que realizam as interligações das povoações e cidades de diferentes regiões à rede de vias troncais, vencendo o isolamento entre essas regiões, suas cidades e povoações, propiciando a efetiva integração da economia catarinense no âmbito do País e do Continente Sul-americano.

Esse modelo de desenvolvimento e de qualidade de vida é extremamente caro aos catarinenses. Mantê-lo e desenvolvê-lo é grande desafio do Estado, que necessita de parceria para a realização de obras e investimentos em rodovias federais, ferrovias, aeroportos e portos, principais eixos de integração de Santa Catarina com os demais Estados da Federação, com seus vizinhos do MERCOSUL e com outros parceiros comerciais no contexto da economia globalizada.

Soma-se ainda, que as rodovias são o principal meio de escoamento da produção catarinense, refletindo na ascensão do desenvolvimento econômico e social do Estado.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter a Vossa Excelência o Projeto de Lei, em anexo, a luz dos benefícios que seguramente a medida trará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0215/2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Parágrafo único. A operação de empréstimo de que trata este artigo atenderá a projetos para a melhoria e ampliação do atendimento à saúde, dos complexos penitenciários, dos programas de assistência social e de obras de infraestrutura estruturante - logística e mobilidade regional.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, a atualizações monetárias e a outros ajustes previstos contratualmente.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput* deste artigo, o Orçamento do Estado consignará anualmente os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do programa e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 3º Para a garantia do principal e dos acessórios fica o Poder Executivo autorizado a oferecer cota das suas receitas próprias, a que se refere o art. 155 da Constituição Federal, e das transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da mesma Carta, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, devendo o banco centralizador das receitas estaduais anuir à sistemática de débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa Acelera Santa Catarina.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

(art. 115, § 2º, da CE)

EM R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS	JUROS	AMORTIZAÇÕES
2012			
2013	750.000.000,00	38.148.000,00	-
2014	750.000.000,00	87.758.250,00	-
2015	750.000.000,00	139.039.500,00	-
2016	750.000.000,00	189.764.250,00	-
2017		196.416.069,00	152.777.778,00
2018		186.330.694,00	166.666.667,00
2019		173.677.708,00	166.666.667,00
2020		163.040.833,00	166.666.667,00
2021		151.888.292,00	166.666.667,00
2022		140.747.833,00	166.666.667,00
2023		129.600.000,00	166.666.667,00
2024		118.770.625,00	166.666.667,00
2025		107.288.347,00	166.666.667,00
2026		96.140.847,00	166.666.667,00
2027		84.993.347,00	166.666.667,00
2028		74.057.958,00	166.666.667,00
2029		62.698.347,00	166.666.667,00
2030		51.550.847,00	166.666.667,00
2031		40.403.347,00	166.666.667,00
2032		29.345.292,00	166.666.667,00
2033		18.108.347,00	166.666.667,00
2034		6.960.847,00	166.666.667,00
2035		78.903,00	13.888.889,00
T O T A L		2.286.808.486,00	3.000.000.000,00

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/12

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 31 de maio de 2012.

Ofício n. 99043.2/PGJ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO **GELSON MERISIO**

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, com fundamento no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar que visa alterar dispositivos constantes da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), com a respectiva exposição de motivos, estudo sobre o impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, nos termos do art. 16, I e II, da LC n. 101/2000, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Lido no Expediente

Sessão de 12/06/12

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

No exercício de prerrogativa constitucional, nos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que promove alterações na Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina).

O Projeto de Lei Complementar ora encaminhado cuida da alteração de pontos específicos da Lei Orgânica do MPSC, com o objetivo de harmonizar o texto da Lei à realidade já existente e de adequar outras situações, que reclamam atualização, para melhor reger as atividades institucionais e a movimentação na carreira dos membros do Ministério Público.

Dentre as alterações propostas, pode-se destacar a adequação da questão protocolar aplicável ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, a previsão de atuação destacada das Coordenadorias de Recursos que poderão ser subdivididas para atender matérias específicas, a incorporação da Ouvidoria no texto da Lei Orgânica, a correção de inconstitucionalidade em relação à substituição do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público no caso da vacância desses cargos, a identificação da assessoria militar como casa militar a exemplo do que ocorre nos demais poderes e órgãos do Estado, além da previsão de entrega da carteira funcional no caso de afastamento cautelar de membro do Ministério Público em face de processo administrativo disciplinar ou processo judicial, esta com repercussão sobre o direito de porte de arma que é comprovado por meio do mesmo documento de identidade funcional.

Promove-se também o incremento no número de membros integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, elevando-se de sete para onze os conselheiros eleitos, com o que viabiliza a composição de turmas para julgamento dos procedimentos administrativos levados à apreciação do Colegiado, cuja vazão tem apresentado significativo acréscimo nos últimos tempos. No particular, também é promovida a adequação dos procedimentos de eleição dos conselheiros, tais como legitimidade para votar e ser votado, além da alteração da data para inscrição ao processo eleitoral.

Especial atenção foi dispensada à figura da permuta entre membros do Ministério Público, no objetivo exclusivo de tornar mais rigorosos os critérios para a sua efetivação. Nesse sentido, a proposta cria a necessidade de interstício prévio, além de impor restrição temporal posterior para novas remoções voluntárias e até mesmo para promoção de uma entrância para outra.

O projeto busca a adequação para menor da gratificação já existente para o exercício cumulativo de função de execução, especificamente para atuação perante as Turmas de Recursos, porquanto o valor integral, no caso, destoa daquelas atribuídas aos juízes integrantes destes colegiados. Necessário, pois, mantendo-se a previsão original, programar a possibilidade de redução, por ato do Procurador-Geral de Justiça, para estabelecer o equilíbrio com a Magistratura, no caso concreto.

Acrescenta previsão expressa para a extensão da gratificação, tradicionalmente atribuída aos integrantes da Comissão de Concurso de ingresso à carreira do MPSC, ao membro designado como secretário da Comissão, o qual enfrenta pesadas rotinas na execução dos trabalhos do concurso, e ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil indicado para compor a Comissão, nos termos do art. 129, § 3º da Constituição da República, com participação equitativa aos demais membros da referida Comissão.

A proposta busca, ainda, uniformizar o regramento legal para a atividade de estágio no Ministério Público, hoje com quatro diferentes programas em execução (ensino médio, graduação em Direito, graduação em outras áreas do conhecimento e pós-graduação em Direito - MP-Residente), todos com regulamentação própria, distintas e algumas disposições, por vezes, conflitantes. Assim, unificadas as regras aplicáveis aos programas de estágio, resta fixada uma regulamentação básica que uniformiza o tratamento aos integrantes de tão prestimosa contribuição ao Ministério Público, inclusive no que se refere à compatibilização com a Lei Federal de estágio (Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Por último, o projeto programa a revogação de diversos dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, que se mostravam incompatíveis com o novo regramento, além da revogação integral da Lei Complementar Estadual n. 467, de 9 de dezembro de 2009, que trata, com exclusividade, sobre o Programa de Estágio de pós-graduação - MP-Residente.

Cumprir destacar que as alterações propostas trazem mínima repercussão financeira, conforme demonstram os documentos anexos ao Projeto apresentado e, com isso, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) restam inteiramente observados.

Assim, limitado ao exposto e na expectativa de que a matéria haverá de merecer inteira acolhida por essa Augusta Assembleia Legislativa, renovo a Vossas Excelências as melhores expressões do meu alto apreço e especial consideração.

Florianópolis, 31 de maio de 2012.

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 0017/2012

Altera dispositivos constantes da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º, o inciso V do art. 7º, os §§ 3º e 5º do art. 9º, o parágrafo único do art. 10, o art. 11, o art. 23, o art. 25, o *caput* do art. 29, o *caput* e o § 4º do art. 36, o inciso IV do art. 40, o § 2º do art. 43, o art. 62, o art. 64, o art. 66, o art. 67, o art. 72, o art. 73, o art. 75, o *caput* do art. 77, o art. 78, o art. 97 e seu parágrafo único, o art. 98, o art. 171, e o art. 274 e seu parágrafo único, todos da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º.....

Parágrafo único. A chefia do Ministério Público cabe ao Procurador-Geral de Justiça, o qual conta com prerrogativas e representação protocolar de Chefe de Poder, posicionando-se logo após o Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 7º.....

.....

V - as Coordenadorias de Recursos;

.....

Art. 9º.....

.....

§ 3º A eleição da lista tríplex de que trata este artigo realizar-se-á entre quarenta e cinco a sessenta dias de antecedência ao término do mandato em curso, cabendo ao Colégio de Procuradores de Justiça expedir o edital convocatório e publicá-lo no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, dele fazendo constar o dia, horário e local de votação, além dos nomes dos membros da Comissão Eleitoral por ele designados.

.....

§ 5º O edital de convocação deverá ser publicado com o mínimo de noventa dias de antecedência ao término do mandato em curso e da publicação correrá o prazo de três dias úteis para a inscrição de candidatos.

.....

Art. 10.

Parágrafo único. No caso de vacância, assumirá o cargo de Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça mais antigo no grau, competindo-lhe presidir o Colégio de Procuradores de Justiça para os fins do art. 11 desta Lei Complementar.

Art. 11. Ocorrendo vacância no cargo de Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça providenciará a realização de eleição para a formação da lista tríplex, no prazo máximo de sessenta dias, para mandato pleno, aplicando, no que couber, as normas regulamentadoras do processo eleitoral previstas no art. 9º desta Lei Complementar.

Art. 23. O Conselho Superior do Ministério Público, órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos membros natos, e por mais onze Procuradores de Justiça eleitos, por voto pessoal, obrigatório, secreto e plurinominal, sendo três pelo Colégio de Procuradores de Justiça e oito pelos membros do Ministério Público de primeira instância, para mandato de dois anos.

Art. 25. Somente poderão concorrer às eleições referidas no artigo anterior os Procuradores de Justiça que se inscreverem como candidatos ao cargo, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, durante a primeira quinzena do mês de julho do ano da eleição.

Art. 29. Os suplentes substituem os membros do Conselho Superior do Ministério Público em seus impedimentos ou afastamentos, sucedendo-os em caso de vacância.

Art. 36. O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito, por voto obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

.....

§ 4º Ocorrendo vacância ou em caso de afastamento superior a cento e oitenta dias, o Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo de cinco dias, elegerá novo Corregedor-Geral, que tomará posse em dez dias da data da eleição.

Art. 40.

.....

IV - determinar e superintender a organização dos assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público, coligindo todos os elementos necessários à apreciação de seu merecimento;

.....

Art. 43.

.....

§ 2º Antes do provimento de vaga no cargo de Procurador de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça, a requerimento do interessado, formulado no prazo de três dias úteis da ocorrência da vaga, atenderá eventual pedido de remoção, respeitada a antiguidade dos requerentes no grau.

Art. 62. Os Estagiários, auxiliares do Ministério Público, após regular processo de credenciamento, serão admitidos para o exercício de suas funções por período não superior a dois anos, salvo se se tratar de pessoa com deficiência, oportunizando o desempenho de atividades complementares em sua área de formação, objetivando seu desenvolvimento para a cidadania, a vida e o trabalho.

Art. 64. O número de Estagiários será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça, observados os limites legais, que deverá submeter a proposta à deliberação prévia do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 66 Os Estagiários serão selecionados pela Procuradoria-Geral de Justiça por meio de processo público de credenciamento, de caráter eliminatório, a ser definido em ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 67. O processo público de credenciamento, facultada a cobrança de taxa de inscrição, será:

I - precedido de publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, que especificará a forma e o prazo de inscrição e o número de vagas para credenciamento, com o correspondente local de exercício do Estágio;

II - composto de, no mínimo, uma prova escrita; e

III - válido por seis meses, contados da data da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de sua homologação, e prorrogável por igual período.

Art. 72. A jornada de atividades do Estagiário deverá observar o horário normal de expediente do Ministério Público e compatibilizar-se com as atividades escolares do curso em que esteja matriculado, e corresponderá:

I - para estagiários de cursos de nível médio e de graduação, a vinte horas semanais; e

II - para estagiários de cursos de pós-graduação, a trinta horas semanais.

Art. 73. O Estagiário receberá bolsa mensal, cujo valor será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça, não podendo exceder:

I - para Estagiário de curso de pós-graduação, a cinquenta por cento do vencimento do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça;

II - para Estagiário de curso de graduação, a vinte e cinco por cento do vencimento do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça; e

III - para Estagiário de curso de nível médio, a vinte por cento do vencimento do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça.

Art. 75. São deveres do Estagiário:

- I - atender à orientação que lhe for dada pela chefia imediata;
- II - cumprir o horário que lhe for fixado, registrando a frequência na forma estabelecida pela Instituição;
- III - comprovar, no início de cada semestre ou ano letivo, a renovação da matrícula no respectivo curso;
- IV - manter sigilo sobre fatos relevantes de que tiver conhecimento no exercício das funções;
- V - apresentar-se ao serviço convenientemente trajado;
- VI - manter a urbanidade no trato com as pessoas no ambiente de trabalho;
- VII - exercer com retidão e dignidade as suas funções; e
- VIII - outros que se mostrarem essenciais ao bom e regular exercício das funções auxiliares, fixados em ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 77. Atendida a conveniência do serviço, e com a anuência das respectivas chefias, será possível a transferência de Estagiário, de um para outro órgão do Ministério Público:

- I - a pedido, independente da localidade para a qual tenha sido credenciado; e
- II - de ofício, desde que respeitada a localidade para a qual tenha sido credenciado.

Art. 78. O Estagiário, no exercício de suas funções, sujeitar-se-á a fiscalização e supervisão conforme disposto em ato do Procurador-Geral de Justiça, bem como à inspeção permanente e orientação dos órgãos perante os quais exerce suas atividades.

Art. 97. As Coordenadorias de Recursos, chefiadas por Procuradores de Justiça, serão organizadas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Poderão ser designados membros do Ministério Público para prestarem serviços nas Coordenadorias de Recursos, vedada a designação dos que não tenham vitaliciedade ou de Promotores de Justiça Substitutos.

Art. 98. Compete às Coordenadorias de Recursos, respeitadas as suas áreas específicas:

.....

Art. 171. O membro do Ministério Público, pelo exercício cumulativo de cargos ou funções de execução (art. 167, VII), perceberá uma gratificação correspondente a quinze por cento, incidente sobre o subsídio, salvo no caso de designação para atuar perante as Turmas de Recursos, hipótese em que o valor será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça, respeitado aquele limite.

Art. 274. Fica criada no âmbito do Ministério Público uma Casa Militar, vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cuja chefia será exercida por um Coronel da Polícia Militar do Estado.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento de tarefas que lhe digam respeito e, em especial, para o serviço de segurança das instalações físicas do edifício-sede do Ministério Público, a Casa Militar contará com efetivo necessário de oficiais e praças, conforme vier a ser definido junto ao Comando-Geral da Corporação.

Art. 2º Ao art. 8º da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, é acrescido o inciso VII, com a seguinte redação:

Art. 8º.....

.....

VII - a Ouvidoria do Ministério Público.

Art. 3º Ao art. 31 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, é acrescido o § 5º, com a seguinte redação:

§ 5º Na análise e revisão dos procedimentos extrajudiciais referentes à proteção do patrimônio Público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos ou coletivos, o Conselho Superior do Ministério Público poderá funcionar em turmas, com o mínimo de três membros, hipótese em que as deliberações serão tomadas por maioria simples de seus integrantes, cabendo ao mais antigo deles o exercício da presidência, nos termos em que dispuser o Regimento Interno.

Art. 4º O *caput* dos artigos 70, 71, 79 e 175 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passam a vigorar com nova redação, sendo-lhes acrescido, também, o parágrafo único, nos seguintes termos:

Art. 70. O Estagiário será dispensado:

- I - a pedido seu ou de sua chefia imediata;
- II - por interesse e conveniência do Ministério Público;
- III - automaticamente;

a) quando da conclusão ou do abandono do curso em que estiver matriculado;

b) ao completar o período máximo de permanência no Estágio.

c) caso deixar de comparecer para o desempenho de suas atividades por oito dias consecutivos ou quinze intercalados, durante o ano civil;

d) caso não haja renovado sua matrícula no curso; e

e) ao término do prazo de validade do termo de compromisso;

IV - quando violar os deveres contidos no art. 75 ou incidir nas vedações de que cuida o art. 76 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Observado o período máximo de permanência no estágio, o Estagiário de pós-graduação preste a concluir o curso poderá requerer o prosseguimento no exercício das funções, devendo comprovar, antes do término do prazo constante no termo de compromisso, a matrícula em novo curso compatível com a respectiva modalidade de estágio, sob pena de desligamento.

Art. 71. São atribuições comuns a todos os Estagiários:

a) o auxílio na execução das atividades administrativas desempenhadas pelo órgão a que estiver vinculado;

b) o levantamento e o tratamento de dados necessários ou convenientes ao exercício de suas atividades;

c) a execução dos serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhe forem atribuídos; e

d) o desempenho de quaisquer atividades compatíveis com sua condição acadêmica.

Parágrafo único. São atribuições específicas dos estagiários dos cursos de graduação em Direito e de pós-graduação, respeitado o grau de complexidade inerente a formação acadêmica de cada qual:

a) o levantamento de dados, de conteúdo doutrinário ou jurisprudencial, necessários ou convenientes ao correspondente exercício funcional;

b) a realização ou o acompanhamento das diligências de investigação de que for incumbido, exceto as de polícia judiciária;

c) o estudo das matérias que lhe sejam confiadas, propondo a adoção dos procedimentos consequentes, inclusive minutando peças para análise do órgão de execução respectivo;

d) o atendimento ao público, nos limites da orientação que venha a receber; e

e) o controle da movimentação dos autos de processos administrativos ou judiciais, acompanhando a realização dos correspondentes atos e termos.

Art. 79. Compete ao órgão incumbido da supervisão ou da orientação do Estágio avaliar o desempenho do Estagiário, nos termos do regulamento que vier a ser estabelecido.

Parágrafo único. Concluído o estágio, será expedido certificado no qual conste o seu período e a avaliação de desempenho.

Art. 175. O membro do Ministério Público, pela participação em Comissão de Concurso de ingresso à carreira, inclusive na condição de secretário, fará jus a uma gratificação especial a ser arbitrada pelo Procurador-Geral de Justiça, a qual terá como limite máximo o vencimento básico ou o subsídio do cargo de Promotor de Justiça Substituto.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o *caput* estende-se ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil indicado para compor a Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, nos termos do art. 129, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 5º O *caput* do art. 74 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passa a vigorar com nova redação, sendo acrescido, também, os parágrafos 1º, 2º e 3º, nos seguintes termos:

Art. 74. O Estagiário terá direito:

I - a auxílio transporte, em valor fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça;

II - a período de recesso anual remunerado de trinta dias, que coincidirá com o recesso das atividades do Ministério Público, devendo eventual saldo ser gozado, preferencialmente, durante o recesso escolar;

III - a licença, sem remuneração, por tempo que não prejudique o desenvolvimento e as finalidades do Estágio, com a anuência da chefia imediata e nos termos estabelecidos em ato do Procurador-Geral de Justiça;

IV - a ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo:

- a) por oito dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau, inclusive;
- b) por um dia, para alistamento militar ou seleção para o serviço militar;

- c) pelo o dobro de dias de convocação da Justiça Eleitoral;
- d) por um dia, para doação de sangue; e
- e) sem limites de dias, por motivo de doença que impossibilite o exercício das funções ou apresente risco de contágio.

§ 1º O recesso não usufruído em decorrência da cessação do Estágio fica sujeito à indenização proporcional.

§ 2º A licença de que trata o inciso III do *caput* deste artigo não será computada para quaisquer efeitos, exceto para apuração do período máximo de permanência no Estágio.

§ 3º As causas que ensejarem os afastamentos de que tratam o inciso IV do *caput* deste artigo deverão ser devidamente comprovadas.

Art. 6º Ao art. 76 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, são acrescentados os incisos VI, VII e VIII, com a seguinte redação:

Art. 76.

.....

VI - exercer a advocacia ou outra atividade remunerada;

VII - exercer outro estágio, remunerado ou não, exceto se curricular obrigatório; e

VIII - exercer cargo, emprego ou função pública nos Poderes Judiciário e Legislativo ou na Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos.

Art. 7º O *caput* do art. 124 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000, passa a vigorar com nova redação, sendo acrescido, também, os incisos IV, V e VI ao seu § 1º, nos seguintes termos:

Art. 124. A remoção por permuta entre membros do Ministério Público dependerá de pedido escrito e conjunto formulado por ambos os pretendentes, e importará no impedimento de promoção, por antiguidade ou merecimento, pelo prazo de um ano e de remoção voluntária pelo prazo de dois anos.

§ 1º.....

.....

IV - tiver sido removido por permuta, no período de dois anos anteriores à apreciação do pedido;

V - não contar, na data do pedido, com o interstício mínimo para remoção, nos termos do art. 139, *caput*, desta Lei Complementar; e

VI - estiver afastado das suas funções no órgão de execução de que é titular, em qualquer das hipóteses do artigo 201 desta Lei Complementar.

Art. 8º Ao art. 206 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, é alterado o parágrafo único para § 1º e acrescido o § 2º, com a seguinte redação:

Art. 206.

§ 1º.....

§ 2º O membro do Ministério Público afastado cautelarmente das suas funções em face de processo administrativo disciplinar ou nos termos do parágrafo único do art. 146 desta Lei Complementar, sob pena de incorrer em infração disciplinar, fará a entrega da carteira funcional ao Procurador-Geral de Justiça, só podendo reavê-la ao reassumir as suas atribuições funcionais.

Art. 9º À Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, fica acrescida dos artigos 63-A e 67-A, com a seguinte redação:

Art. 63-A. O Ministério Público poderá oferecer Estágios:

I - para estudantes de ensino médio;

II - para estudantes dos três últimos anos do curso de graduação em Direito;

III - para estudantes de curso de graduação em áreas do conhecimento diversas do Direito; e

IV - para Bacharéis em Direito regularmente matriculados em cursos de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, em área afeta às funções institucionais do Ministério Público estadual, ou com elas afim.

Parágrafo único. As exigências mínimas para os cursos de pós-graduação, para admissão ao Estágio nessa modalidade, serão definidas em ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 67-A O ingresso em Estágio no Ministério Público dar-se-á por meio de termo de compromisso, devendo o candidato, para fins de investidura, no mínimo:

I - comprovar, quando for o caso:

a) estar em dia com as obrigações militares; e

b) estar no gozo dos direitos políticos;

II - apresentar:

a) certificado de matrícula em curso compatível com a modalidade de estágio;

b) declaração de que pode dispor, dentro do horário normal de expediente, de tempo suficiente para dedicação exclusiva ao Estágio; e

c) atestado médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função.

§ 1º O termo de compromisso especificará as datas de início e término do estágio, a jornada de atividade e o local em que deverão ser exercidas as funções, ficando a lavratura condicionada à prévia concordância da chefia imediata perante a qual o estagiário deverá oficiar.

§ 2º É vedada a admissão de estagiário para atuar sob orientação ou subordinação direta a membro do Ministério Público ou a servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive.

Art. 10. Fica revogado o parágrafo único dos artigos 29 e 75, o § 5º do art. 36, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 67, e os artigos 68 e 69 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, bem como a Lei Complementar Estadual n. 467, de 9 de dezembro de 2009.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, ____ de junho de 2012.

GOVERNADOR DO ESTADO

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/12

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 11 de junho de 2012.

Ofício n. 112190.5/PJ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO GELSON MERISIO

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, com fundamento no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar que visa reajustar o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, com a respectiva exposição de motivos, estudo sobre o impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, nos termos do art. 16, I e II, da LC n. 101/2000, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Lido no Expediente

Sessão de 12/06/12

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Nos termos do artigo 98, da Constituição do Estado de Santa Catarina, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o incluso projeto de lei complementar, que dispõe sobre o reajuste do piso salarial do quadro de servidores do Ministério Público.

O projeto de lei complementar que ora se encaminha atende ao disposto no art. 10 da Lei 431, de 23 de dezembro de 2008, que fixou o mês de junho de cada ano como o da "data-base" para reajuste dos vencimentos dos servidores do Ministério Público, atendendo a revisão geral prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

A matéria foi submetida ao egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, na forma do art. 20, II, da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000.

No valor proposto para o piso salarial dos servidores do Ministério Público, de R\$ 744,22 (setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos), está sendo concedido reajuste de 4,22% (quatro inteiros e vinte e dois centésimos por cento), correspondente a variação do INPC no período de junho de 2011 a abril de 2012, e, ainda, o aumento real de 2% (dois por cento).

O reajuste proposto, além da necessária correção periódica, objetiva, com o aumento real, resgatar defasagem reclamada em relação aos servidores do Poder Judiciário parâmetro em regra utilizado pelos servidores deste Ministério Público. E estendido, também, aos proventos de aposentadoria de servidores inativos, assim como as pensões devidas a dependentes de servidores falecidos, em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

As despesas decorrentes desta lei possuem previsão na lei orçamentária de 2012, e não afetarão o limite prudencial para despesas com pessoal previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade fiscal - conforme demonstram as informações anexas, correspondentes ao impacto orçamentário-financeiro e a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira anexas.

Essas, em suma, Senhor Presidente, as razões das matérias constantes da proposta legislativa que apresento apreciação da Augusta Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 11 de junho de 2012.

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 049/2012

Destina recursos para promoção institucional ao combate ao uso de *crack* e outros elementos toxicológicos que causem dependência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Será destinado, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos recursos orçamentários previstos para despesas com publicidade nas Leis Orçamentárias Anuais do Estado de Santa Catarina à promoção de campanhas para combater o uso de *crack* e outros elementos toxicológicos que causem dependência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0136/2012

No Projeto de Lei nº 136/2012 a ementa e o art. 1º passam a ter a seguinte redação:

“Reconhece como Capital Catarinense da Cuca o Município de Arabutã.

Art. 1º O Município de Arabutã fica reconhecido como a Capital Catarinense da Cuca.

.....”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta adequa a redação final às exigências da Lei Complementar nº 208, de 9 de janeiro de 2001, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração das leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.”

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 136/2012

Reconhece como Capital Catarinense da Cuca o Município de Arabutã.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Município de Arabutã fica reconhecido como a Capital Catarinense da Cuca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 165/2012

Institui o Dia Estadual da Ordem Internacional das Filhas de Jó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Ordem Internacional das Filhas de Jó, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de março, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 255/2011

Institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos Tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos Tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, em especial:

- I - cabeleireiros;
- II - barbeiros;
- III - maquiadores;
- IV - podólogos;
- V - manicures;

VI - outros profissionais na área de estética, inclusive depilação;

VII - estúdios de tatuagem.

Art. 2º A Campanha terá por finalidade prestar informações no sentido de orientar os profissionais indicados no art. 1º quanto à prevenção da hepatite dos tipos B e C em seu ambiente de trabalho, inclusive:

I - risco de contágio;

II - identificação de eventuais sintomas;

III - exames periódicos para seu diagnóstico;

IV - esclarecimento médico;

V - técnicas de esterilização de materiais;

VI - procedimentos de higiene pessoal e do ambiente de trabalho.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com instituições públicas e privadas, para que seja elaborada campanha publicitária de divulgação e esclarecimentos à população do surgimento da doença, bem como seu tratamento.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 347/2011

Determina que em todos os brinquedos e demais atrações existentes em parques de diversões, no âmbito do Estado de Santa Catarina, sejam mantidas placas informativas, com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A administração dos parques de diversões existentes no Estado de Santa Catarina manterá, em cada um dos brinquedos e atrações existentes, placas informativas, fixadas na entrada do brinquedo ou da atração, com letras bem visíveis para o público, com dados referentes à manutenção e vistoria técnica daquela diversão, bem como dos eventuais riscos inerentes à sua utilização.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, entende-se:

I - como dados referentes à manutenção, a data em que a mesma foi realizada, bem como quando deverá ser feita a próxima manutenção, e o número do laudo de vistoria emitido pelas autoridades públicas competentes; e

II - como informações relativas aos eventuais riscos inerentes à utilização do brinquedo ou da atração, informações que indiquem riscos para as pessoas portadoras de doenças como, por exemplo, a seguinte mensagem: “Este brinquedo não deve ser utilizado por pessoas hipertensas e/ou cardíacas”.

Art. 2º A não observância do disposto no artigo anterior e seu parágrafo acarretará aos parques de diversões multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dobrando na reincidência, e assim sucessivamente.

Art. 3º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 554/2011

Institui o Dia Estadual do Extensionista Rural, a ser comemorado no dia 6 de dezembro no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Extensionista Rural, a ser comemorado no dia 6 de dezembro no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de maio de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***